INSTITUTO RIO BRANCO

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Guia de Estudos

2011

APRESENTAÇÃO

O **Guia de Estudos** do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, versão 2011 visa a orientar e auxiliar o candidato que pretende ingressar na carreira diplomática.

Constam deste **Guia**:

- Portaria nº 762, de 28 de dezembro de 2010 do Ministro de Estado das Relações Exteriores;

- Edital de 17 de janeiro de 2011 , do Diretor-Geral do Instituto Rio Branco;

- Orientação para estudo, contendo programas das disciplinas e exemplos de respostas que mereceram aprovação no concurso anterior, mantidos os textos originais dos candidatos, com eventuais incorreções e/ou deficiências.

Brasília, em 20 de janeiro de 2011.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 762, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2010

O MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 87, parágrafo único, I, da Constituição e nos artigos 1º e 5º do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria de 20 de novembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 25 de novembro de 1998, e alterado pela Portaria nº 11, de 17 de abril de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2001, resolve:

Art. 1º Esta Portaria estabelece normas e diretrizes para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata de 2011.

Parágrafo único. Demais normas serão objeto de disposição do Edital do Concurso.

Art. 2º O Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata de 2011 constará, na Primeira Fase, de prova objetiva, de caráter eliminatório, constituída de questões de Português, de História do Brasil, de História Mundial, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Economia e de Noções de Direito e Direito Internacional Público.

Parágrafo único. Será estabelecida reserva de vagas na Primeira Fase para candidatos afrodescendentes nos termos do Edital do Concurso.

Art. 3º A Segunda Fase constará de prova discursiva eliminatória e classificatória de Português.

Parágrafo único. Será estabelecida nota mínima para a prova de Português.

Art. 4º A Terceira Fase constará de provas discursivas de História do Brasil, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Economia e de Noções de Direito e Direito Internacional Público.

§1º As seis provas da Terceira Fase terão peso equivalente.

§2º Será estabelecida nota mínima para o conjunto das provas da Terceira Fase.

Art. 5º A Quarta Fase constará de provas escritas de Espanhol e de Francês, de caráter exclusivamente classificatório.

Parágrafo único. Para efeitos de classificação, cada uma das provas da Quarta Fase terá peso equivalente a metade do peso de cada uma das provas da Terceira Fase.

Art. 6º Serão oferecidas, no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata de 2011, 26 (vinte e seis) vagas para a classe inicial da Carreira de Diplomata.

Art. 7º O Diretor-Geral do Instituto Rio Branco fará publicar o Edital do Concurso.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Fica revogada a Portaria n.º 708, de 30 de novembro de 2010.

CELSO AMORIM

EDITAL DE 17 DE JANEIRO DE 2011
CONCURSO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO RIO BRANCO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, torna público que estarão abertas, de **24 de janeiro** a **22 de fevereiro de 2011**, as inscrições para o Concurso Público de Admissão à Carreira de Diplomata, nos termos dos artigos 35 e 36 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, e da Portaria nº 762, de 28 de dezembro de 2010.

O Concurso obedecerá às seguintes normas:

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Concurso será realizado pelo Instituto Rio Branco (IRBr), com a colaboração do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (CESPE/UnB). O texto deste Edital estará também disponível no endereço eletrônico do CESPE/UnB http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011, bem como eventuais informações adicionais sobre o Concurso.

1.2 O Concurso terá quatro fases, especificadas a seguir:

a) Primeira Fase: Prova Objetiva, constituída de questões objetivas de Português, de História do Brasil, de História Mundial, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Economia e de Noções de Direito e Direito Internacional Público, de caráter eliminatório.

b) Segunda Fase: prova escrita de Português, de caráter eliminatório e classificatório.

c) Terceira Fase: provas escritas de História do Brasil, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Economia e de Noções de Direito e Direito Internacional Público, de caráter eliminatório e classificatório.

d) Quarta Fase: provas escritas de Espanhol e de Francês, de caráter classificatório.

1.3 Cada uma das fases será realizada simultaneamente nas cidades de Aracaju/SE, Belém/PA, Belo Horizonte/MG, Boa Vista/RR, Brasília/DF, Campo Grande/MS, Cuiabá/MT, Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Fortaleza/CE, Goiânia/GO, João Pessoa/PB, Macapá/AP, Maceió/AL, Manaus/AM, Natal/RN, Palmas/TO, Porto Alegre/RS, Porto Velho/RO, Recife/PE, Rio Branco/AC, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA, São Luís/MA, São Paulo/SP, Teresina/PI e Vitória/ES.

1.4 VAGAS: 26, sendo 2 vagas reservadas aos candidatos portadores de deficiência.

2 DO CARGO

2.1 A aprovação no Concurso habilitará o candidato a: 1º) ingressar em cargo da classe inicial da Carreira de Diplomata (Terceiro Secretário), de acordo com a ordem de classificação obtida; e 2º) matricular-se no Curso de Formação do Instituto Rio Branco, regulamentado pela Portaria nº 336 do Ministro de Estado das Relações Exteriores, de 30 de maio de 2003, publicada no *Diário Oficial da União* de 12 de junho de 2003.

2.2 REMUNERAÇÃO INICIAL NO BRASIL: R$ 12.962,12 (doze mil novecentos e sessenta e dois reais e doze centavos).

2.3 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO: aos servidores da Carreira de Diplomata incumbem atividades de natureza diplomática e consular, em seus aspectos específicos de representação, negociação, informação e proteção de interesses brasileiros no campo internacional (Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006).

3 DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

3.1 Ter sido aprovado no Concurso.

3.2 Ser brasileiro nato, conforme o artigo 12, § 3º, inciso V, da Constituição Federal e artigo 36 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.
3.3 Estar no gozo dos direitos políticos.
3.4 Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino.
3.5 Estar em dia com as obrigações eleitorais.
3.6 Apresentar diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior, emitido por instituição de ensino credenciada pelo Ministério da Educação. No caso de candidatos cuja graduação tenha sido realizada em instituição estrangeira, caberá exclusivamente ao candidato a responsabilidade de apresentar, até a data da posse, a revalidação do diploma exigida pelo Ministério da Educação, nos termos do artigo 48 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).
3.7 Haver completado a idade mínima de dezoito anos.
3.8 Apresentar aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, verificada por meio de exames pré-admissionais, nos termos do artigo 14, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
3.9 O atendimento a cada um dos requisitos acima é de responsabilidade exclusiva do candidato.
3.10 Será excluído do Concurso o candidato que não atender a qualquer dos requisitos acima enumerados ou que, quando for o caso, não obtiver a autorização de que trata o subitem 5.4.1.1 deste Edital.

4 DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICÊNCIA

4.1 Do total de vagas destinadas ao cargo, 5% serão providas na forma do artigo 37, VIII, da Constituição Federal, do artigo 5º, § 2º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.
4.1.1 O candidato que se declarar portador de deficiência concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos.
4.2 Para concorrer a uma dessas vagas, o candidato deverá:
a) no ato da inscrição, declarar-se portador de deficiência e estar ciente das atribuições do cargo para o qual pretende se inscrever e de que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições, para fins de habilitação no estágio probatório; e
b) encaminhar cópia simples do CPF e laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório), emitido nos últimos doze meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como à provável causa da deficiência, na forma do subitem 4.2.1.
4.2.1 O candidato portador de deficiência deverá entregar, até o dia **11 de março de 2011**, das 8 horas às 19 horas (exceto sábado, domingo e feriado), pessoalmente ou por terceiro, o laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e a cópia simples do CPF a que se refere a alínea “b” do subitem 4.2, na Central de Atendimento do CESPE/UnB, Universidade de Brasília (UnB) – *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Sede do CESPE/UnB – Asa Norte, Brasília/DF.
4.2.1.1 O candidato poderá, ainda, encaminhar o laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e a cópia simples do CPF, via SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento, postado impreterivelmente até o dia **11 de março de 2011**, para a Central

de Atendimento do CESPE/UnB – Concurso IRBr Diplomata 2011 (laudo médico), Caixa Postal 4488, CEP 70904-970, Brasília/DF.

4.2.2 O fornecimento do laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e da cópia simples do CPF, por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. O CESPE/UnB não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada dessa documentação a seu destino.

4.3 O candidato portador de deficiência poderá requerer, na forma do subitem 5.4.9 deste Edital, atendimento especial, no ato da inscrição, para o dia de realização das provas, indicando as condições de que necessita para a realização destas, conforme previsto no artigo 40, parágrafos 1º e 2º, do Decreto nº 3.298/99 e suas alterações.

4.4 O laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e a cópia simples do CPF terão validade somente para este Concurso Público e não serão devolvidos, assim como não serão fornecidas cópias dessa documentação.

4.4.1 A relação dos candidatos que tiveram a inscrição deferida para concorrer na condição de portadores de deficiência será divulgada na Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011, na ocasião da divulgação do Edital de locais e horário de realização da Prova Objetiva.

4.4.1.1 O candidato disporá de **um dia** a partir da data de divulgação da relação citada no subitem anterior para contestar o indeferimento na Central de Atendimento do CESPE/UnB, Universidade de Brasília (UnB), *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Sede do CESPE/UnB, Asa Norte, Brasília/DF, pessoalmente ou por terceiro, ou pelo *e-mail* atendimentoespecial@cespe.unb.br. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.

4.5 A inobservância do disposto no subitem 4.2 acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tal condição e o não atendimento às condições especiais requeridas.

4.6 Os candidatos que, no ato da inscrição, declararem-se portadores de deficiência, se aprovados e classificados no Concurso, terão seus nomes publicados em lista à parte e figurarão também na lista de classificação geral.

4.7 Os candidatos que se declararem portadores de deficiência, se não eliminados no concurso, serão convocados para se submeter à perícia médica promovida pela Junta Médica designada pelo Diretor-Geral do Instituto Rio Branco, que verificará sobre a sua qualificação como deficiente ou não, bem como, no estágio probatório, sobre a incompatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência apresentada, nos termos do artigo 43 do Decreto nº 3.298/99 e suas alterações.

4.8 Os candidatos deverão comparecer à perícia médica munidos de documento de identidade e de laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) que ateste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), conforme especificado no Decreto nº 3.298/99 e suas alterações, bem como à provável causa da deficiência, conforme modelo constante do endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011.

4.8.1 Perderão o direito às vagas reservadas os candidatos que, por ocasião da perícia médica de que trata o subitem 4.7, não apresentarem laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) ou que apresentarem laudo que não tenha sido emitido nos últimos doze meses.

4.8.2 O laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) será retido pelo Instituto Rio Branco por ocasião da realização da perícia médica.
4.8.3 Os candidatos convocados para a perícia médica deverão comparecer com uma hora de antecedência do horário marcado para o seu início, conforme edital de convocação.
4.9 A não observância do disposto no subitem 4.8, a reprovação na perícia médica ou o não comparecimento à perícia acarretará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos em tais condições.
4.10 O candidato que, tendo-se declarado portador de deficiência, for reprovado na perícia médica por não ter sido considerado deficiente, caso seja aprovado no Concurso, figurará na lista de classificação geral.
4.11 O candidato portador de deficiência reprovado na perícia médica no decorrer do estágio probatório em virtude de incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo será exonerado.
4.12 As vagas definidas no subitem 4.1 que não forem providas por falta de candidatos portadores de deficiência aprovados serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.

5 DAS INSCRIÇÕES NO CONCURSO

5.1 As inscrições poderão ser efetuadas somente via Internet, conforme procedimentos especificados a seguir.
5.1.1 TAXA DE INSCRIÇÃO: R$ 150,00.
5.1.2 Será admitida a inscrição exclusivamente via Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011, solicitada no período entre **10 horas do dia 24 de janeiro de 2011** e **23 horas e 59 minutos do dia 22 de fevereiro de 2011**, horário oficial de Brasília/DF.
5.1.3 O CESPE/UnB não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
5.2 O candidato deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição por meio da Guia de Recolhimento da União (GRU Cobrança).
5.2.1 A GRU Cobrança estará disponível no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011 e deverá ser impressa para o pagamento da taxa de inscrição após a conclusão do preenchimento da ficha de solicitação de inscrição *online*.
5.2.1.1 O candidato poderá reimprimir a GRU Cobrança pela página de acompanhamento do concurso.
5.2.2 A GRU Cobrança pode ser paga em qualquer banco, bem como nas lotéricas e Correios, obedecendo aos critérios estabelecidos nesses correspondentes bancários.
5.2.3 O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até o dia **10 de março de 2011**.
5.2.4 As inscrições somente serão acatadas após a comprovação de pagamento da taxa de inscrição.
5.2.5 O comprovante de inscrição do candidato estará disponível no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011, após o acatamento da inscrição, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção desse documento.
5.2.6 Informações complementares acerca da inscrição estarão disponíveis no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011.

5.3 Para os candidatos que não dispuserem de acesso à Internet, o CESPE/UnB disponibilizará locais com acesso à Internet, localizados nos endereços listados a seguir, no período entre **10 horas do dia 24 de janeiro de 2011** e **23 horas e 59 minutos do dia 22 de fevereiro de 2011** (horário oficial de Brasília/DF), observados os horários de funcionamento de cada estabelecimento.

UF/CIDADE	LOCAL	ENDEREÇO
AC/Rio Branco	Cyber Acrebell	Avenida das Nações Unidas, nº 339 – Bosque
AL/Maceió	Battosoft Lan House	Travessa Panair, nº 127 – Vergel
AM/Manaus	Atlantis I Lan House e Cyber Café	Rua Senador Cunha Melo, nº 771 – São Jorge
AM/Manaus	Atlantis II Lan House e Cyber Café	Rua Pará, nº 136 - Vieiralves – N. Sra. das Graças
AM/Manaus	Atlantis III Lan House e Cyber Café	Avenida André Araújo, nº 79 – Aleixo
AM/Manaus	Atlantis IV Lan House e Cyber Café	Rua Marciano Armond, nº 929 – Cachurinha
AP/Macapá	Cyberplay Informática e Serviços	Rua General Rondon, nº 1.467, Loja 17 – Central
BA/Salvador	AS Escritório Virtual	Avenida Ademar de Barros, nº 408, Sala 3 – Ondina
CE/Fortaleza	Microlins	Rua Floriano Peixoto, nº 1.040 – Centro
DF/Brasília	ICC - Norte - UNB	*Campus* Universitário Darcy Ribeiro – ICC – Ala Norte
ES/Vitória	Data Control	Rua Neves Armond, nº 535 – Sala 301 – Bento Ferreira (entre a Avenida Cezar Hillal e Avenida Vitória antigo Largo das Compras)
GO/Goiânia	Suport Informática e Lan House	Avenida Juscelino Kubitschek, quadra 06 Lote 1/26 nº 507 sala 1 – Jardim Presidente (próximo ao posto de gasolina)
MA/São Luís	Microlins	Rua Osvaldo Cruz, nº 1.238 – Centro
MG/Belo Horizonte	Microlins	Avenida Augusto de Lima, nº 1.912 – Barro Preto
MS/Campo Grande	Tano Cyber Lan House	Avenida Capibaribe, nº 495 – Silvia Regina
MT/Cuiabá	Original Papelaria e Serviços Ltda.	Avenida Mato Grosso, nº 280 – Araés
PA/Belém	Microlins	Avenida Alcindo Cacela, nº 829 – Umarizal
PA/Belém	Microlins	Avenida Governador José Malcher, nº 1.274 – Nazaré

PA/Belém	Microlins	Travessa São Pedro, nº 406 – Batista Campos
PA/Belém	Microlins	Avenida Pedro Miranda, nº 1.593 – Pedreira
PB/João Pessoa	Microlins	Avenida Pedro II, nº 601 – Centro
PB/João Pessoa	Microlins Praia	Avenida Epitácio Pessoa, 3.161 – Miramar
PE/Recife	Cyber Tigre Lan House	Rua da Conceição, nº 189 – Boa Vista
PI/Teresina	Microlins	Avenida Frei Serafim, nº 2.138 – Centro
PR/Curitiba	Back Bone Lan House	Rua Camões, nº 601, Polloshop Alto da XV, Loja 280
RJ/Rio de Janeiro	Microlins	Avenida das Américas, nº 16.691, Cobertura 303, Recreio dos Bandeirantes – Barra da Tijuca
RN/Natal	Microlins Zona Sul	Avenida Ayrton Senna, nº 1.970 – Neópolis
RO/Porto Velho	Space Net	Rua Governador Valadares, nº 3.540 (próximo a Escola Bela Vista) – Conceição
RR/Boa Vista	Technet	Avenida Benjamin Constant, nº 586 – São Pedro
RS/Porto Alegre	Insite Informática	Rua Otávio Rocha, nº 151, 2º andar – Porto Alegre
SC/Florianópolis	Khalil Informática	Travessa Doutor Zulmar de Lins Neves, nº 253 Centro, Florianópolis
SE/Aracaju	Micro Aid Informática	Rua Senador Rollemberg, nº 561 – São José
SP/São Paulo	Acessa São Paulo Metrô Sé	Praça da Sé, s/nº - Centro – Saída Anita Garibaldi
SP/São Paulo	Acessa São Paulo Poupatempo Sé	Praça do Carmo, s/nº – Centro
SP/São Paulo	Acessa São Paulo Poupatempo Sé II - Secretaria da Fazenda	Av. Rangel Pestana, nº 300, 1º andar – Centro
SP/São Paulo	Acessa São Paulo SEADE	Av. Casper Líbero, nº 478 Térreo – Luz
SP/São Paulo	Acessa São Paulo SEADS	Rua Bela Cintra, nº 1.032 – Cerqueira César
TO/Palmas	Arena Lan House	Avenida JK, Quadra 106 sul, nº 19, Sala 02 – Setor Sul

5.3.1 Nos locais listados no subitem anterior, não serão fornecidas informações nem serão prestados esclarecimentos a respeito do concurso público. Para tanto, o candidato deverá observar o disposto no subitem 14.5 deste Edital.

5.4 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO

5.4.1 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos. No momento da inscrição, o candidato deverá

optar pela cidade de provas. Uma vez efetivada a inscrição não será permitida, em hipótese alguma, a sua alteração.

5.4.1.1 No ato de inscrição, os candidatos afrodescendentes deverão declarar, em campo apropriado, essa condição, com vistas à aplicação das disposições previstas no subitem 7.6 deste Edital.

5.4.1.2 O candidato que tiver cônjuge de nacionalidade estrangeira será inscrito condicionalmente no Concurso e sua eventual aprovação só será válida se obtiver a autorização do Ministro de Estado das Relações Exteriores ou do Presidente da República, conforme o caso, a que se referem, respectivamente, o artigo 33, § 3º, e o artigo 34, § 3º, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a ser requerida na forma da legislação em vigor. Esta exigência aplica-se também ao candidato casado com estrangeira, cuja separação judicial ainda não tenha transitado em julgado.

5.4.2 É vedada a inscrição condicional (salvo o disposto no subitem 5.4.1.1), a extemporânea, a via postal, a via fax ou a via correio eletrônico.

5.4.3 É vedada a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros ou para outros concursos.

5.4.4 Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato.

5.4.5 As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo o CESPE/UnB e o IRBr do direito de excluir do Concurso Público aquele que não preenchê-la de forma completa e correta.

5.4.6 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência da Administração Pública.

5.4.7 Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição, exceto para os candidatos que tenham recebido a Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia do Instituto Rio Branco no ano de 2010, que deverão realizar a sua inscrição conforme procedimentos descritos neste Edital e no aplicativo de inscrição, e para os candidatos amparados pelo Decreto nº 6.593, de 2 de outubro de 2008, publicado no *Diário Oficial da União* de 3 de outubro de 2008, que deverão proceder conforme descrito a seguir.

5.4.7.1 Estará isento do pagamento da taxa de inscrição o candidato que:

a) estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007; e

b) for membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135, de 2007.

5.4.7.2 A isenção deverá ser solicitada mediante requerimento do candidato, disponível por meio do aplicativo para a solicitação de inscrição, no período entre **10 horas do dia 24 de janeiro de 2011** e **23 horas e 59 minutos do dia 22 de fevereiro de 2011** (horário oficial de Brasília/DF), no endereço eletrônico www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011, contendo:

a) indicação do Número de Identificação Social (NIS), atribuído pelo CadÚnico; e

b) declaração de que atende à condição estabelecida na letra “b” do subitem 5.4.7.1.

5.4.7.2.1 Os candidatos que não dispuserem de acesso à Internet poderão utilizar-se dos locais constantes do subitem 5.3 deste Edital para efetuar a solicitação de inscrição com isenção de taxa.

5.4.7.3 O CESPE/UnB consultará o órgão gestor do CadÚnico para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.

5.4.7.4 As informações prestadas no requerimento de isenção serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo responder este, a qualquer momento, por crime contra a fé pública, o que acarretará sua eliminação do concurso, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979.

5.4.7.5 Não será concedida isenção de pagamento de taxa de inscrição ao candidato que:

a) omitir informações e/ou torná-las inverídicas;

b) fraudar e/ou falsificar documentação;

c) não observar a forma, o prazo e os horários estabelecidos no subitem 5.4.7.2 deste edital.

5.4.7.6 Não será aceita solicitação de isenção de pagamento de valor de inscrição via postal, via fax ou via correio eletrônico.

5.4.7.7 Cada pedido de isenção será analisado e julgado pelo órgão gestor do CadÚnico.

5.4.7.8 A relação dos pedidos de isenção deferidos será divulgada até o dia **1º de março de 2011**, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011.

5.4.7.9 O candidato disporá de **um dia** a partir da data de divulgação da relação citada no subitem anterior para contestar o indeferimento, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.

5.4.7.9.1 Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção indeferidos deverão acessar o endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011 e imprimir a GRU Cobrança, por meio da página de acompanhamento, para pagamento até o dia **10 de março de 2011**, conforme procedimentos descritos neste edital.

5.4.7.10 O interessado que não tiver seu pedido de isenção deferido e que não efetuar o pagamento da taxa de inscrição na forma e no prazo estabelecido no subitem anterior estará automaticamente excluído do concurso público.

5.4.8 O comprovante de inscrição deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado nos locais de realização das provas.

5.4.9 O candidato, portador de deficiência ou não, que necessitar de atendimento especial para a realização das provas deverá indicar, na solicitação de inscrição, os recursos especiais necessários e, ainda, enviar, até o dia **11 de março de 2011**, impreterivelmente, via SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento, para a Central de Atendimento do CESPE/UnB – Concurso IRBr Diplomata 2011 (laudo médico), Caixa Postal 4488, CEP 70904-970, Brasília/DF, cópia simples do CPF e laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) que justifique o atendimento especial solicitado. Após esse período, a solicitação será indeferida, salvo nos casos de força maior e nos que forem de interesse da Administração Pública. A solicitação de condições especiais será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

5.4.9.1 O laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e a cópia simples do CPF referidos no subitem 5.4.9 poderão, ainda, ser entregues, até o dia **11 de março de 2011**, das 8 horas às 19 horas (exceto sábado, domingo e feriado), pessoalmente ou por terceiro, na Central de Atendimento do CESPE/UnB, na Universidade de Brasília (UnB) – *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Sede do CESPE/UnB – Asa Norte, Brasília/DF.

5.4.9.2 O fornecimento do laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e da cópia simples do CPF, por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. O CESPE/UnB não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada dessa documentação a seu destino.

5.4.9.3 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar atendimento especial para tal fim, deverá encaminhar, para a Central de Atendimento do CESPE/UnB, cópia autenticada em cartório da certidão de nascimento da criança, até o dia **11 de março de 2011**, e levar um acompanhante, que ficará em sala reservada e será o responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não poderá permanecer com a criança no local de realização das provas.
5.4.9.3.1 O CESPE/UnB não disponibilizará acompanhante para guarda de criança.
5.4.9.4 A cópia simples do CPF e o laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) valerão somente para este Concurso, não serão devolvidos e não serão fornecidas cópias dessa documentação.
5.4.9.5 A relação dos candidatos que tiveram o seu atendimento especial deferido será divulgada no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011, na ocasião da divulgação do Edital de locais e horário de realização da Prova Objetiva.
5.4.9.5.1 O candidato disporá de **um dia** a partir da data de divulgação da relação citada no subitem anterior para contestar o indeferimento, na Central de Atendimento do CESPE/UnB – Universidade de Brasília (UnB), *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Sede do CESPE/UnB, Asa Norte, Brasília/DF; pessoalmente ou por terceiro, ou pelo *e-mail* atendimentoespecial@cespe.unb.br. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.
5.4.10 O candidato deverá declarar, na solicitação de inscrição, que tem ciência e aceita que, caso aprovado, deverá entregar os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo por ocasião da posse.

6 DA PRIMEIRA FASE: PROVA OBJETIVA

6.1 A Prova Objetiva, de caráter eliminatório, abrangerá as seguintes disciplinas: Português, História do Brasil, História Mundial, Geografia, Política Internacional, Inglês, Noções de Economia e Noções de Direito e Direito Internacional Público.
6.2 **Data e horário**: a Prova Objetiva será aplicada na data provável de **10 de abril de 2011**, em duas etapas: a primeira às **10 horas** (horário oficial de Brasília/DF), com duração de **2 horas e 30 minutos**; e a segunda às **15 horas** (horário oficial de Brasília/DF), com duração de **3 horas e 30 minutos**.
6.2.1 Na data provável de **30 de março de 2011**, os locais de realização da Prova Objetiva serão publicados no *Diário Oficial da União,* e divulgados na Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011. São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização da prova e o comparecimento no horário determinado.
6.2.2 O CESPE/UnB poderá enviar, como complemento às informações citadas no subitem anterior, comunicação pessoal dirigida ao candidato, por *e-mail* ou pelos Correios, sendo de sua exclusiva responsabilidade a manutenção/atualização de seu correio eletrônico e a informação de seu endereço completo e correto na solicitação de inscrição, o que não o desobriga do dever de observar o Edital a ser publicado, consoante o que dispõe o subitem 6.2.1 deste Edital.
6.3 Características: a Prova Objetiva, cuja elaboração caberá ao CESPE/UnB, será constituída de 65 questões objetivas, sendo 13 questões de Português, 12 questões de Inglês, 11 questões de Política Internacional, 10 questões de História Mundial, 5 questões de Noções de Direito e Direito Internacional Público, 5 questões de Noções de Economia, 5 questões de História do Brasil e 4 questões de Geografia.

6.3.1 As questões serão do tipo múltipla escolha e do tipo CERTO ou ERRADO.
6.3.2 Cada questão do tipo múltipla escolha terá cinco opções (A, B, C, D e E) e uma única resposta correta, de acordo com o comando da questão. Haverá, na folha de respostas, para cada questão deste tipo, cinco campos de marcação correspondentes às cinco opções: A, B, C, D e E, devendo o candidato preencher apenas aquele correspondente à resposta julgada correta, de acordo com o comando.
6.3.2.1 Para obter pontuação em cada questão de múltipla escolha, o candidato deverá marcar um, e somente um, dos cinco campos da folha de respostas correspondentes às opções da questão.
6.3.3 Cada questão do tipo CERTO ou ERRADO será constituída de quatro itens. O julgamento de cada item será CERTO ou ERRADO, de acordo com o comando da questão. Haverá, na folha de respostas, para cada item, dois campos de marcação: o campo designado com o código **C**, que deve ser preenchido pelo candidato caso julgue o item CERTO, e o campo designado com o código **E**, que deve ser preenchido pelo candidato caso julgue o item ERRADO.
6.3.3.1 Para obter pontuação em cada item de cada questão do tipo CERTO ou ERRADO, o candidato deverá marcar um, e somente um, dos dois campos da folha de respostas correspondentes a esse item.
6.3.4 O candidato deverá transcrever as respostas das questões da Prova Objetiva para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento será de inteira responsabilidade do candidato, que deve proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital e na folha de respostas. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro de preenchimento do candidato.
6.3.5 Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da folha de respostas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este Edital e/ou com as instruções contidas na folha de respostas, tais como marcação rasurada ou emendada e/ou campo de marcação não preenchido integralmente.
6.3.6 O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de ter a correção de sua prova prejudicada pela impossibilidade de realização da leitura óptica.
6.3.7 O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial seu nome, seu número de inscrição e o número de seu documento de identidade.
6.3.8 Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial para a realização das provas. Nesse caso, o candidato será acompanhado por fiscal do CESPE/UnB devidamente treinado.
6.3.9 O CESPE/UnB divulgará a imagem da folha de respostas dos candidatos que realizaram a Prova Objetiva, exceto dos candidatos eliminados na forma do subitem 14.16.1, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011, após a data de divulgação do resultado final da Prova Objetiva. A referida imagem ficará disponível até quinze dias corridos da data de publicação do resultado final do Concurso Público.
6.3.9.1 Após o prazo determinado no subitem anterior, não serão aceitos pedidos de disponibilização da imagem da folha de respostas.

7 DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

7.1 A folha de respostas será corrigida por meio de processamento eletrônico.
7.2 A nota em cada questão do tipo múltipla escolha, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a: 1,00 ponto, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,20 ponto negativo, caso a resposta do candidato esteja em discordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,00, caso não haja marcação ou caso haja mais de uma marcação.
7.3 A nota em cada item de cada questão do tipo CERTO ou ERRADO, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a: 0,25 ponto, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,25 ponto negativo, caso a resposta do candidato esteja em discordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,00, caso não haja marcação ou caso haja marcação dupla.
7.4 Será calculada, para cada candidato, a nota final na Prova Objetiva (*NFPO*) como sendo igual à soma algébrica das notas obtidas em todas as questões e itens que a compõem.
7.5 Será eliminado do Concurso o candidato que obtiver *NFPO* inferior a 26.
7.6 Os candidatos não eliminados na forma do subitem 7.5 serão ordenados de acordo com a nota final na Prova Objetiva (*NFPO*), e os classificados até a 300ª posição na listagem geral, até a 20ª posição na listagem dos que se declararam portadores de deficiência, de acordo com o disposto no subitem 4.2 deste Edital, e até a 30ª posição na listagem dos que se declararam afrodescendentes, de acordo com o disposto no subitem 5.4.1.1 deste Edital, respeitados os empates na última colocação, serão considerados aprovados na Primeira Fase e serão convocados para a prova da Segunda Fase, em Edital a ser publicado no *Diário Oficial da União*, na data provável de **3 de maio de 2011**, do qual constarão igualmente os locais de realização da prova.
7.7 Os candidatos não convocados para a Segunda Fase na forma do subitem 7.6 deste Edital serão eliminados e não terão classificação alguma no concurso.
7.8 Todos os cálculos citados neste Edital serão considerados até a segunda casa decimal, arredondando-se para cima, se o algarismo da terceira casa decimal for igual ou superior a cinco.

8 DOS RECURSOS REFERENTES À PROVA OBJETIVA

8.1 Os gabaritos oficiais preliminares das questões da Prova Objetiva serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011, até as 18 horas da data provável de **12 de abril de 2011**.
8.2 O candidato que desejar interpor recurso contra os gabaritos oficiais preliminares das questões objetivas disporá de dois dias úteis, a contar do dia subsequente ao da divulgação desses gabaritos, no horário das 9 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF), ininterruptamente, conforme datas determinadas nesses gabaritos.
8.3 Para recorrer contra os gabaritos oficiais preliminares das questões objetivas, o candidato deverá utilizar os modelos de formulários disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso (http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011) e seguir as instruções ali contidas.
8.4 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo na elaboração de seu recurso. Serão preliminarmente indeferidos recursos extemporâneos, inconsistentes e/ou fora de qualquer uma das especificações estabelecidas neste Edital.
8.5 O recurso não poderá conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que o identifique, sob pena de ser preliminarmente indeferido.

8.6 Se do exame de recursos resultar anulação de questão ou de item de questão integrante da prova, a pontuação correspondente a essa questão ou ao item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido. Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de questão ou de item de questão integrante da prova, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.
8.7 Todos os recursos serão analisados e as justificativas das alterações de gabarito serão divulgadas no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011 no momento da divulgação do gabarito definitivo. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.
8.8 Não será aceito recurso via postal, via fax e/ou via correio eletrônico ou entregue fora do prazo.
8.9 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recurso ou de recurso de gabarito oficial definitivo, bem como recurso contra o resultado final.
8.10 Recursos cujo teor desrespeite a banca serão preliminarmente indeferidos.

9 DA SEGUNDA FASE: PROVA ESCRITA DE PORTUGUÊS

9.1 **Data e horário**: a prova escrita de Português será aplicada na data provável de **8 de maio de 2011**, às **14 horas** (horário oficial de Brasília/DF), nos locais determinados pelo Edital de convocação a que se refere o item 7.6. Esta prova terá a duração de **5 horas**.
9.2 **Características**: a prova de Português, de caráter eliminatório e classificatório, consistirá de redação sobre tema geral, com a extensão mínima de 80 linhas e máxima de 120 linhas (valor: 60 pontos), e de dois exercícios de interpretação, de análise ou de comentário de textos, com a extensão mínima de 15 linhas e máximo de 25 linhas cada um (valor de cada exercício: 20 pontos).
9.3 Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de linhas, deduzindo-se 1,00 ponto para cada linha que faltar para atingir o mínimo exigido. Será atribuída nota 0 (zero) à redação que não se atenha ao tema proposto ou que obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical e da propriedade da linguagem.
9.4 A avaliação da prova escrita de Português será feita da seguinte forma.
9.4.1 A redação da prova de Português escrita valerá 60,00 pontos e será avaliada segundo os critérios a seguir:
9.4.1.1 A organização do texto e o desenvolvimento do tema valerão 30,00 pontos, sendo:
a) 10 pontos para apresentação/impressão geral do texto, legibilidade, estilo e coerência;
b) 10 pontos para capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, pertinência das informações);
c) 10 pontos para capacidade de análise e reflexão.
9.4.1.2 A correção gramatical e a propriedade da linguagem valerão 30,00 pontos.
9.4.2 Cada um dos dois exercícios valerá 20 pontos, e sua avaliação será feita da seguinte forma:
a) 10 pontos para apresentação e desenvolvimento do tema;
b) 10 pontos para correção gramatical e a propriedade da linguagem.
9.5 O candidato que entregar a redação ou algum dos exercícios em branco ou com qualquer forma de identificação diferente da permitida será eliminado e não terá sua prova corrigida.
9.6 A nota do candidato na Prova Escrita de Português (*NPEP*) será igual à soma das notas obtidas na redação e nos exercícios.

9.7 **Aprovação**: serão considerados aprovados na Segunda Fase do Concurso os candidatos que obtiverem *NPEP* igual ou superior a 60 (sessenta).

9.8 **Resultado provisório**: o resultado provisório da Segunda Fase **será divulgado via Internet**, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011, até as 18 horas da data provável de **6 de junho de 2011**.

9.9 **Recursos**: a forma e o prazo para a vista de provas e a interposição de recurso contra o resultado provisório na Segunda Fase serão divulgados quando da publicação deste resultado.

9.10 **Resultado definitivo**: O resultado dos recursos, portanto, o resultado final da Segunda Fase, será anunciado até as 18 horas da data provável de **20 de junho de 2011** e enviado para publicação no *Diário Oficial da União*, em Edital que convocará os candidatos aprovados para as provas da Terceira e Quarta Fases do Concurso.

10 DA TERCEIRA FASE: PROVAS ESCRITAS DE HISTÓRIA DO BRASIL, DE GEOGRAFIA, DE POLÍTICA INTERNACIONAL, DE INGLÊS, DE NOÇÕES DE ECONOMIA E DE NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

10.1 A Terceira Fase constará de seis provas escritas, a serem realizadas de acordo com o seguinte calendário:

- data provável de **25 de junho de 2011**: História do Brasil;
- data provável de **26 de junho de 2011**: Inglês;
- data provável de **2 de julho de 2011**: Geografia;
- data provável de **3 de julho de 2011**: Política Internacional;
- data provável de **9 de julho de 2011**: Noções de Direito e Direito Internacional Público;
- data provável de **10 de julho de 2011**: Noções de Economia.

10.2 As provas da Terceira Fase terão a duração de **4 horas** cada uma, com início às **9 horas** (horário oficial de Brasília/DF).

10.3 **Características**: as provas da Terceira Fase, de caráter eliminatório e classificatório, terão as seguintes características:

10.3.1 As provas de História do Brasil, de Geografia, de Política Internacional, de Noções de Economia e de Noções de Direito e Direito Internacional Público consistirão, cada uma, de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma, totalizando, assim, 100 (cem) pontos para cada prova.

10.3.1.1 Nas provas de História do Brasil, de Geografia e de Política Internacional, as respostas às duas questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 90 linhas, e as respostas às duas questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas.

10.3.1.2 Nas provas de Noções de Economia e de Noções de Direito e Direito Internacional Público, as respostas às duas questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas, e as respostas às duas questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 40 linhas.

10.3.2 A prova de Inglês, com o valor máximo de 100 (cem) pontos, constará de tradução de um texto do inglês para o português (valor 20 pontos); tradução de um texto do português para o inglês (valor 15 pontos); redação de um resumo, em inglês, a partir de um texto escrito em língua inglesa (valor 15 pontos); e redação, em inglês, a respeito de tema geral, com extensão mínima de 45 linhas e máximo de 60 linhas (valor 50 pontos).

10.3.2.1 Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de linhas, deduzindo-

se 1,00 ponto para cada linha que faltar para atingir o mínimo exigido. Será atribuída nota 0 (zero) à redação a respeito de tema geral que não se atenha ao tema proposto ou que obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical e da propriedade da linguagem.

10.4 O candidato que não comparecer a uma das seis provas, ou entregar uma prova em branco ou com qualquer forma de identificação diferente da permitida, será eliminado e não terá qualquer das provas corrigidas.

10.5 **Aprovação**: serão considerados aprovados na Terceira Fase do Concurso os candidatos que tenham alcançado a nota mínima de 360 (trezentos e sessenta) pontos na soma das pontuações obtidas nas seis provas desta fase.

10.6 **Resultado provisório**: o resultado provisório das provas da Terceira Fase será **divulgado via Internet**, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011, até as 18 horas da data provável de **29 de julho de 2011**.

10.7 **Recursos**: a forma e o prazo para a vista de provas e a interposição de recurso contra o resultado provisório na Terceira Fase serão divulgados quando da publicação desse resultado.

10.8 **Resultado definitivo**: o resultado dos recursos, portanto, o resultado final da Terceira Fase, **será divulgado via Internet**, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011, até as 18 horas da data provável de **11 de agosto de 2011** e enviado para publicação no *Diário Oficial da União*.

11 DA QUARTA FASE: PROVAS ESCRITAS DE ESPANHOL E DE FRANCÊS

11.1 A Quarta Fase constará de provas escritas de Espanhol e de Francês, de caráter classificatório, com o valor de 50 (cinquenta pontos) cada prova.

11.2 As provas escritas de Espanhol e Francês serão realizadas, simultaneamente, na data provável **10 de julho de 2011**, às **14 horas** (horário oficial de Brasília/DF), e terão a duração de **4 horas**.

11.3 Todos os candidatos aprovados na Segunda Fase deverão fazer as provas da Quarta Fase.

11.3.1 Apenas os candidatos aprovados na Terceira Fase terão corrigidas suas provas da Quarta Fase.

11.4 O candidato que não comparecer às provas da Quarta Fase, ou que as entregar em branco ou com qualquer forma de identificação diferente da permitida, será eliminado do Concurso.

11.5 **Características da prova de Espanhol**: a prova de Espanhol constará de dez questões relativas a textos em língua espanhola, com o valor de 5 pontos por questão. As respostas às questões deverão conter frases completas em espanhol e observar a extensão exigida no comando de cada questão. A avaliação das respostas, que deverão ser em língua espanhola, se pautará pelos seguintes critérios: a) correção gramatical; b) compreensão textual; c) organização e desenvolvimento de ideias; d) qualidade da linguagem.

11.6 **Características da prova de Francês**: a prova de Francês constará de dez questões relativas a texto em língua francesa, com o valor de 5 pontos por questão. As respostas às questões deverão conter frases completas em francês e observar a extensão exigida no comando de cada questão. A avaliação das respostas, que deverão ser em língua francesa, se pautará pelos seguintes critérios: a) correção gramatical; b) compreensão textual; c) organização e desenvolvimento de ideias; d) qualidade da linguagem.

11.7 **Resultado provisório**: o resultado provisório das provas da Quarta Fase será divulgado via Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011, até as 18 horas da data provável de **12 de agosto de 2011**.
11.8 **Recursos**: a forma e o prazo para a vista de provas e a interposição de recurso contra o resultado provisório da Quarta Fase serão divulgados quando da publicação desse resultado.
11.9 **Resultado definitivo**: o resultado dos recursos, portanto, o resultado final da Quarta Fase, **será divulgado via Internet**, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011, até as 18 horas da data provável de **22 de agosto de 2011** e enviado para publicação no *Diário Oficial da União*.

12 DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO FINAL NO CONCURSO

12.1 A nota final no Concurso será a igual à soma das notas obtidas nas provas da Segunda, da Terceira e da Quarta fases.
12.2 A classificação final no Concurso, que determinará a ordem de ingresso dos aprovados na classe inicial da Carreira de Diplomata, corresponderá à ordem decrescente das notas finais no concurso.
12.3 O edital de Resultado Final do Concurso contemplará a relação dos candidatos aprovados, ordenados de acordo com os valores decrescentes da nota final no Concurso, observados os critérios de desempate na última posição, dentro dos quantitativos previstos no quadro abaixo, de acordo com o Anexo II do Decreto nº 6.944/2009.
12.3.1 Caso não haja candidato portador de deficiência aprovado até a classificação estipulada no quadro a seguir, serão contemplados os candidatos da listagem geral em número correspondente, observada rigorosamente a ordem de classificação, os critérios de desempate e o limite de candidatos definido pelo Decreto nº 6.944/2009.

Geral	**Portadores de deficiência**	**Total**
57	3	60

12.4 Os candidatos não classificados no número máximo de aprovados de que tratam os subitens 12.3 e 12.3.1 deste edital, ainda que tenham atingido nota mínima, estarão automaticamente reprovados no Concurso.
12.3 O resultado final do Concurso será divulgado na Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011 e publicado no *Diário Oficial da União* na data provável de **23 de agosto de 2011**.

13 DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

13.1 Em caso de empate na nota final no Concurso, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:
a) tiver idade superior a sessenta anos, até o último dia de inscrição nesta seleção, conforme artigo 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso;
b) obtiver a maior nota na prova escrita de Português da Segunda Fase;
c) obtiver a maior soma de notas nas seis provas da Terceira Fase;
d) obtiver a maior nota na Prova Objetiva (Primeira Fase).
13.1.1 Persistindo o empate, terá preferência o candidato mais idoso.

14 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 **Aceitação das normas deste Edital**: A inscrição implica o conhecimento e a aceitação, pelo candidato, de todos os prazos e normas estabelecidos pelo presente Edital. O candidato que fizer declaração falsa ou inexata, ou que não satisfizer às condições exigidas, poderá ter sua inscrição cancelada a qualquer momento, por decisão do Diretor-Geral do IRBr,

publicada no *Diário Oficial da União*. Cancelada a inscrição, serão anulados todos os atos dela decorrentes.
14.2 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, editais e comunicados referentes a este concurso público que sejam publicados no *Diário Oficial da União* e/ou divulgados na Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011.
14.3 Os programas das provas do Concurso estão detalhados no Anexo deste Edital.
14.4 Não serão fornecidas, por telefone, informações a respeito de locais e de horários de aplicação das provas, informações quanto à posição do candidato no Concurso, bem como não será expedido qualquer documento comprobatório de sua classificação, valendo, para esse fim, a publicação da homologação do Concurso.
14.4.1 O candidato deverá observar rigorosamente os comunicados e os editais a serem publicados no *Diário Oficial da União* e divulgados na Internet no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011.
14.5 O candidato poderá obter informações referentes à Prova Objetiva junto à Central de Atendimento do CESPE/UnB, localizada na Universidade de Brasília (UnB) – *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Sede do CESPE/UnB – Asa Norte, Brasília/DF, por meio do telefone (61) 3448-0100 ou via Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011, ressalvado o disposto no subitem 14.4 deste Edital.
14.5.1 O candidato que desejar relatar ao CESPE/UnB fatos ocorridos durante a realização do Concurso deverá fazê-lo junto à Central de Atendimento do CESPE/UnB, postando correspondência para a Caixa Postal 4488, CEP 70904-970, encaminhando mensagem pelo fax de número (61) 3448-0110 ou enviando *e-mail* para sac@cespe.unb.br.
14.6 Não serão identificadas, para efeito de correção, as provas da Segunda, da Terceira e da Quarta Fases.
14.7 Os candidatos terão direito à vista das provas e, se desejarem interpor recurso contra os resultados provisórios da Segunda, da Terceira e da Quarta Fases, disporão de **dois dias** úteis, conforme datas determinadas nos editais de divulgação desses resultados, no horário das 9 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF), ininterruptamente.
14.7.1 O candidato deverá utilizar o Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso (http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011), e seguir as instruções ali contidas.
14.7.2 Não será aceito recurso via postal, via fax ou via correio eletrônico ou entregue fora do prazo.
14.7.3 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo na elaboração de seu recurso; serão preliminarmente indeferidos recursos extemporâneos, inconsistentes e/ou fora de qualquer uma das especificações estabelecidas neste Edital ou em outros editais que vierem a ser publicados.
14.7.4 O recurso não poderá conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que o identifique, sob pena de ser preliminarmente indeferido.
14.7.5 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recurso ou recursos contra o resultado final da Primeira, da Segunda, da Terceira e da Quarta Fases.
14.7.6 Recursos cujo teor desrespeite a banca serão preliminarmente indeferidos.
14.8 A legibilidade é condição indispensável para a correção de todas as provas.

14.9 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de **uma hora** do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente, de comprovante de inscrição, do comprovante de pagamento da taxa de inscrição e de documento de identidade original.
14.10 Não será admitido ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.
14.11 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente modelo com foto).
14.11.1 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidão de nascimento, CPF, título de eleitor, carteira de motorista (modelo sem foto), carteira de estudante, carteira funcional sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.
14.12 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, noventa dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.
14.12.1 A identificação especial será exigida, também, do candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.
14.13 Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade original, na forma definida no subitem 14.11 deste Edital, será automaticamente excluído do Concurso.
14.14 Será eliminado do Concurso o candidato que, durante a realização das provas, for surpreendido portando aparelhos eletrônicos, tais como bip, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro, protetor auricular etc. e, ainda, lápis, lapiseira e/ou borracha.
14.14.1 O CESPE/UnB recomenda que o candidato não leve nenhum dos objetos citados no subitem anterior no dia de realização das provas.
14.14.2 O IRBr e o CESPE/UnB não se responsabilizarão por perda ou extravio de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas.
14.14.3 No dia de realização das provas, o CESPE/UnB poderá submeter os candidatos ao sistema de detecção de metal.
14.15 O candidato deverá permanecer **obrigatoriamente** no local de realização das provas por, no mínimo, **uma hora** após o início das provas.
14.15.1 A inobservância do subitem anterior acarretará a não correção das provas e, consequentemente, a eliminação do candidato no Concurso Público.

14.16 O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas levando o caderno de provas no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
14.16.1 Terá suas provas anuladas e será automaticamente eliminado do Concurso o candidato que, durante a sua realização:
a) for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução das provas;
b) utilizar-se de livros, máquinas de calcular ou equipamento similar, dicionário, notas ou impressos que não forem expressamente permitidos ou que se comunicar com outro candidato;
c) for surpreendido portando aparelhos eletrônicos, tais como bip, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro, protetor auricular etc. e, ainda, lápis, lapiseira e/ou borracha;
d) faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;
e) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não os permitidos;
f) não entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;
g) afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
h) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a folha de respostas e/ou o caderno de respostas das questões discursivas;
i) descumprir as instruções contidas no caderno de provas, na folha de respostas ou no caderno de respostas das questões discursivas;
j) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
k) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do Concurso Público;
l) impedir a coleta de sua assinatura;
m) for surpreendido portando caneta fabricada em material não transparente;
n) for surpreendido portando anotações em papéis, que não os permitidos;
o) for surpreendido portando qualquer tipo de arma e/ou se negar a entregar a arma à Coordenação;
p) recusar-se a ser submetido ao detector de metal;
q) for surpreendido por falsa identificação pessoal; e
r) recusar-se a transcrever o texto apresentado durante a aplicação das provas, para posterior exame grafológico.
14.17 Exige-se traje apropriado nos dias de realização das provas.
14.18 Não será admitido o ingresso de candidatos nos locais de realização das provas após o horário fixado para o seu início.
14.19 Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, fora das datas e dos locais predeterminados em Edital e/ou em comunicado.
14.20 Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não comparecimento a qualquer das provas implicará a eliminação automática do candidato.
14.21 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão de afastamento de candidato da sala de provas.

14.22 Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processos ilícitos, sua prova será anulada e ele será eliminado do Concurso.

14.23 No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da prova e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da provas e/ou aos critérios de avaliação e de classificação.

14.24 O prazo de validade do Concurso será de noventa (90) dias, a contar da data de publicação do resultado final, sem possibilidade de prorrogação.

14.25 O candidato deverá manter atualizado seu endereço perante o CESPE/UnB, até data de divulgação dos resultados finais das provas, por meio de requerimento a ser enviado à Central de Atendimento do CESPE/UnB, e, após essa data, perante o IRBr, se aprovado. Serão de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização de seu endereço.

14.26 Os candidatos aprovados e classificados dentro do número de vagas oferecidas serão convocados para se submeterem a exame pré-admissional, conforme subitem 3.8.

14.27 Os casos omissos serão resolvidos pelo IRBr, com a colaboração do CESPE/UnB quando necessário.

GEORGES LAMAZIÈRE
Diretor-Geral

Orientação para estudo

(Inclui programas para as provas do Concurso e exemplos de provas do Concurso anterior)

PROVA OBJETIVA

A prova objetiva, de caráter eliminatório, visa a testar, de modo amplo, a capacidade de compreensão e a cultura dos candidatos, com base nos programas das provas discursivas que constituem a segunda e a terceira fases do Concurso e no programa de História Mundial estabelecido pelo edital reproduzido neste Guia de Estudos.

No Concurso de 2011 a prova objetiva será constituída de 65 questões objetivas de Português, de História do Brasil, de História Mundial, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Economia e de Noções de Direito e Direito Internacional Público. Em virtude do caráter interdisciplinar da prova, uma questão poderá contemplar conhecimentos relativos a mais de uma disciplina.

*

PORTUGUÊS

A prova de Português, de caráter eliminatório e classificatório, constará de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 80 a 120 linhas (valor: 60 pontos), e de dois exercícios de interpretação, de análise ou de comentário de textos, com a extensão de 15 a 25 linhas cada um (valor de cada exercício: 20 pontos).

Programa (Primeira e Segunda Fases):

1. Língua Portuguesa: modalidade culta usada contemporaneamente no Brasil.
   1.1 Sistema gráfico: ortografia, acentuação e pontuação; legibilidade.
   1.2 Morfossintaxe.
   1.3 Semântica.
   1.4 Vocabulário.
2. Leitura e produção de textos.
   2.1 Compreensão, interpretação e análise crítica de textos em língua portuguesa.
   2.2 Conhecimentos de Linguística, Literatura e Estilística: funções da linguagem; níveis de linguagem; variação linguística; gêneros e estilos textuais; textos literários e não literários; denotação e conotação; figuras de linguagem; estrutura textual.
   2.3 Redação de textos dissertativos dotados de fundamentação conceitual e factual, consistência argumentativa, progressão temática e referencial, coerência, objetividade, precisão, clareza, concisão, coesão textual e correção gramatical.
   2.3.1 Defeitos de conteúdo: descontextualização, generalização, simplismo, obviedade, paráfrase, cópia, tautologia, contradição.
   2.3.2 Vícios de linguagem e estilo: ruptura de registro linguístico, coloquialismo, barbarismo, anacronismo, rebuscamento, redundância e linguagem estereotipada.

Orientação para a prova de Português

A prova de Português afere o domínio, por parte do candidato, da norma culta na modalidade escrita da língua portuguesa, sua competência de leitura e análise críticas, bem como a capacidade de síntese e de organização de idéias.

A prova apresenta textos curtos que servem de base para uma redação (com o valor de 60 pontos) sobre tema suscitado pelos textos e para dois exercícios de interpretação (com o valor de 20 pontos cada um).

Produto do complexo processo de domínio da língua escrita, no nível exigido pelo concurso, a **redação** deve revelar a maturidade intelectual do candidato. Este deverá demonstrar pensamento crítico, proveniente da capacidade de incorporar e inter-relacionar leituras prévias, sem afastar-se do tema proposto. Será avaliada a habilidade do candidato de redigir dissertação coerente e coesa, que exponha – com fluência e adequação – informações e argumentos fundamentados e logicamente encadeados. A aplicação de fórmulas prontas, fruto de adestramento precário e simplista, é enfaticamente desaconselhada e será penalizada.

As **questões de interpretação** devem ser respondidas de forma direta e objetiva, o que não desobriga o candidato de estruturar sua resposta, elaborando texto coerente, apoiado em raciocínio sólido. São critérios de avaliação nessas questões a objetividade, a precisão, a clareza e a concisão, além naturalmente do adequado uso da língua portuguesa.

A legibilidade é condição indispensável para a correção da prova escrita de Português.

Prova de 2010

PARTE I – REDAÇÃO

Leia os trechos abaixo, que têm caráter meramente motivador, e, com base nos fatores históricos, socioeconômicos, políticos e culturais que deram origem à atual configuração da sociedade brasileira, disserte sobre a projeção internacional do Brasil.

Extensão: de 600 a 650 palavras
(valor: 60 pontos)

Sou antes um espectador do meu século do que do meu país: a peça é para mim a civilização, e se está representando em todos os teatros da humanidade, ligados hoje pelo telégrafo. Uma afeição maior, um interesse mais próximo, uma ligação mais íntima, faz com que a cena, quando se passa no Brasil, tenha para mim importância especial, mas isto não se confunde com a pura emoção intelectual [...]. A abolição no Brasil me interessou mais do que todos os outros fatos de que fui contemporâneo; a expulsão do imperador me abalou mais profundamente do que todas as quedas de tronos ou catástrofes nacionais que acompanhei de longe [...]. Em tudo isto, porém, há muito pouca política; [...] o que há é o drama humano universal de que falei, transportado para nossa terra.
Joaquim Nabuco. Minha Formação. 10.ª ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981, p. 41.

A tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente, muitas vezes, desfavorável e hostil, somos, ainda hoje, uns desterrados em nossa terra. Podemos construir obras excelentes, enriquecer nossa humanidade de aspectos novos e imprevistos, elevar à perfeição o tipo de civilização que representamos: o certo é que todo o fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e outra paisagem. Assim, antes de perguntar até que ponto poderá alcançar bom êxito a tentativa, caberia averiguar até onde temos podido representar aquelas formas de convívio, instituições e ideias de que somos
herdeiros.
Sérgio Buarque de Holanda. Raízes do Brasil. 26.ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 31.

Nenhum país escapa a seu destino e, feliz ou infelizmente, o Brasil está condenado à grandeza. A ela condenado por vários motivos, por sua extensão territorial, por sua massa demográfica, por sua composição étnica, pelo seu ordenamento socioeconômico e,

sobretudo, por sua incontida vontade de progresso e desenvolvimento. [...] Ou aceitamos nosso destino como um país grande, livre e generoso, sem ressentimentos e sem preconceitos, ou corremos o risco de permanecer à margem da história, como povo e como nacionalidade. [...] Em uma palavra: a política internacional do Brasil tem como objetivo primordial a neutralização de todos os fatores externos que possam contribuir para limitar o seu poder nacional.
Rodrigo Amado (Org.). Araújo Castro. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982, p. 212 (com adaptações).

Pelas suas dimensões territoriais e de população, pelos recursos naturais de que dispõe e pelo impulso de sua história, nosso país está destinado a uma crescente projeção no mundo. Não nos podemos esquivar deste mandato, que não deliberamos, mas que nos é postulado pelo que somos e pelo que podemos ser. Devemos preparar-nos para assumi-lo, procurando expressar essa projeção segundo critérios pautados pela tolerância, pelo espírito de conciliação, pelo respeito aos direitos alheios e pela conformidade com as tradições e a cultura [...].
Azeredo da Silveira. Discurso pronunciado por ocasião do Dia do Diplomata, em 20/4/1977. In: Anuário do IRBr, 1977.

JOÃO PAULO MARAO (50,55/60)

Em decorrência das especificidades históricas na formação da sociedade brasileira, o Brasil tornou-se importante nação nas relações internacionais contemporâneas. A transposição da cultura europeia para o território colonial e a formação social miscigenada originaram a característica brasileira de país universalista e diversificado. O processo de desenvolvimento de ideias autônomas acerca das idiossincrasias do Brasil permitiu a consolidação das instituições e da economia nacional, o que garante independência e respeito perante outros países. A universalidade da cultura brasileira é o aspecto subjetivo que confere imponência e aceitação do país no mundo atual.

A sociedade brasileira formou-se por meio da miscigenação cultural e da adaptação da civilização europeia ao território nacional. Esse processo é compreendido, por muitos intelectuais do país, como criador de uma civilização brasileira. A sociedade constituída após a independência da nação resultou da combinação de ideias vindas da Europa e de influências inerentes à estrutura socioeconômica da colônia. As contradições decorrentes dessa organização social eram vistas, inicialmente, como problemáticas; no entanto, pensadores como Gilberto Freyre revelaram que a diversidade cultural e a adaptabilidade eram características que conferiam originalidade ao povo brasileiro.

Joaquim Nabuco, em Minha Formação, revela o aspecto universal da sociedade brasileira apenas em momentos específicos da história do país. Essa perspectiva aponta para uma ideia eurocentrista de cultura. O Brasil, na ótica de Nabuco, estaria na periferia da civilização. Diferentemente desse pensamento, pode-se compreender que os valores europeus que se tornaram universais são também ideais humanitários e, por essa razão, foram apreendidos pela sociedade formada após a difusão dessas ideias dentro do país.

Combinados os valores humanitários e a diversidade cultural brasileira, percebe-se que, a partir da década de 1920, surgiu um pensamento crítico autônomo brasileiro, que iniciou a projeção de um país destinado à grandeza. Formação Econômica do Brasil, de Celso Furtado, é importante exemplo do pensamento desenvolvimentista que possibilitaria a

ascensão do Brasil como potência, quando fossem superados os entraves econômicos e a dependência internacional herdados do passado. A consolidação desse pensamento, na segunda metade do século XX, permitiu uma prática política voltada para o desenvolvimento econômico e o fortalecimento das instituições democráticas no país. Como resultado, o Brasil encontra-se capacitado para atuar globalmente com independência econômica.

A característica universalista da sociedade brasileira proporciona uma participação autônoma e contributiva nos principais debates internacionais em temas que envolvem a humanidade como um todo. O país não enfrenta restrições de fundo ideológico em negociações com países de diversas índoles culturais, políticas ou religiosas. Da mesma maneira, não há, contra o Brasil, pressão causada pela dependência econômica internacional. Esses fatores são fundamentais para que o país tenha crescente participação nas relações internacionais, principalmente em temas humanitários, como meio ambiente, proliferação nuclear e direitos humanos. O reconhecimento do Brasil como nação livre de ideologias e de interesses imediatistas é consensual contemporaneamente, conforme exemplificam a atual controvérsia iraniana e o problema humanitário no Haiti, situações em que o país se apresenta como principal interlocutor internacional.

A projeção global do Brasil deve ser compreendida sob a perspectiva da universalidade da cultura brasileira. Desde a formação colonial, o país constituiu-se pela adaptação da cultura europeia e pelo desenvolvimento de meios autênticos de estrutura social. A cultura brasileira compreende os valores universais difundidos pela Europa e está aberta à diversidade cultural, que foi característica da formação do país. Dessa forma, ao atuar globalmente, o Brasil revela-se capacitado para ser reconhecido como nação respeitável por todos os países, sem rivalidades ou ideologias conflitantes com outros povos. Os aspectos do passado que eram vistos como entraves na formação do país, como a miscigenação e a dependência econômica, tornaram-se, no século XXI, as principais vantagens para a projeção do Brasil no mundo.

PARTE II – EXERCÍCIO I

Com base na leitura do trecho abaixo, discorra acerca do conceito de "equilíbrio de antagonismos", sobretudo com referência à noção de diversidade cultural.

Extensão: de 100 a 150 palavras
(valor: 20 pontos)

O que se sente em todo esse desadoro de antagonismos são as duas culturas, a europeia e a africana, a católica e a maometana, a dinâmica e a fatalista, encontrando-se no português, fazendo dele, de sua vida, de sua moral, de sua economia, de sua arte um regime de influências que se alternam, se equilibram ou se hostilizam. Tomando em conta tais antagonismos de cultura, a flexibilidade, a indecisão, o equilíbrio ou a desarmonia deles resultantes, é que bem se compreende o especialíssimo caráter que tomou a colonização do Brasil, a formação sui generis da sociedade brasileira, igualmente equilibrada nos seus começos e, ainda hoje, sobre antagonismos [...]. Considerada de modo geral, a formação brasileira tem sido, na verdade, [...] um processo de equilíbrio de antagonismos.

Gilberto Freyre. Casa-Grande & Senzala. 13.ª ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1963, p. 72-3, 116 (com adaptações).

RICARDO FAGAN PASIANI (15,82/20)

Em Casa Grande e Senzala, constata-se o "equilíbrio de antagonismos" na formação da sociedade brasileira desde os primórdios da colonização. Gilberto Freyre atenta para o momento inicial de surgimento da família patriarcal, em que se determinou a polarização de classes no âmbito da economia açucareira. Desde esse momento, embora senhores e escravos passassem a exercer papéis sociais opostos, haveria espaço para a interpenetração cultural entre eles.

Dois processos pareciam ocorrer em paralelo no âmbito da sociedade patriarcal. De um lado, a referência cultural do senhor de engenho encontrava-se na Europa, especialmente em Portugal. De outro, os negros escravizados traziam da África cultura bastante rica e consolidada. Embora essa distinção fosse evidente, a convivência desses dois pólos sociais em um mesmo espaço impulsionava processo de miscigenação. O "equilíbrio de antagonismos", que não se restringe à mera coexistência de culturas distintas em um mesmo ambiente, resultou na formação peculiar da sociedade brasileira.

PARTE II – EXERCÍCIO II

Interprete e comente o seguinte trecho do fragmento de texto abaixo: "há casos em que a memória dos obséquios aflige, persegue e morde, como os mosquitos; mas não é regra."

Extensão: de 100 a 150 palavras
(valor: 20 pontos)

Nenhum obséquio, por ínfimo que seja, esquece ao beneficiado. Há exceções. Também há casos em que a memória dos obséquios aflige, persegue e morde, como os mosquitos; mas não é regra. A regra é guardá-los na memória, como as joias nos seus escrínios; comparação justa, porque o obséquio é muita vez alguma joia, que o obsequiado esqueceu de restituir.
Machado de Assis. Esaú e Jacó. Cap. LXXVI. In: Obra Completa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

GUSTAVO HEYSE MARCHETTI (17,11/20)

Em sua fase realista, Machado de Assis escreveu contos e romances cuja característica marcante é a crítica de costumes. O escritor carioca fez uso da ironia, a fim de criticar a elite brasileira do final do século XIX. No trecho de Esaú e Jacó, o narrador, Aires, faz comentário acerca de prática bastante comum na sociedade brasileira da época, que é a troca de favores.

O favor teve como origem a família patriarcal, cuja característica básica é o personalismo ibérico, nota Sérgio Buarque de Holanda, em Raízes do Brasil. A família patriarcal tornou-se o paradigma para grande parte das relações na sociedade brasileira, o que fez que o clientelismo, a proteção, a relação de compadrio e a troca de favores fossem considerados normais. Esperava-se que, quando se fizesse um favor, o favorecido retribuísse com outro obséquio. A necessidade de retribuição não atormentava aqueles indivíduos acostumados com a troca de favores.

***

HISTÓRIA DO BRASIL

A prova de História do Brasil consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 90 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas.

HISTÓRIA DO BRASIL (Primeira e Terceira Fases): 1 O período colonial. A configuração territorial da América Portuguesa. O Tratado de Madri e Alexandre de Gusmão. 2 O processo de independência. Movimentos emancipacionistas. A situação política e econômica européia. O Brasil sede do Estado monárquico português. A influência das ideias liberais e sua recepção no Brasil. A política externa. O Constitucionalismo português e a Independência do Brasil. 3 O Primeiro Reinado (1822-1831). A Constituição de 1824. Quadro político interno. Política exterior do Primeiro Reinado. 4 A Regência (1831-1840). Centralização *versus* descentralização: reformas institucionais. O Ato Adicional de 1834 e revoltas provinciais. A dimensão externa. 5 O Segundo Reinado (1840-1889). O Estado centralizado; mudanças institucionais; os partidos políticos e o sistema eleitoral; a questão da unidade territorial. Política externa: as relações com a Europa e os Estados Unidos da América; questões com a Inglaterra; a Guerra do Paraguai. A questão da escravidão. Crise do Estado Monárquico. As questões religiosa, militar e abolicionista. Sociedade e cultura: população, estrutura social, vida acadêmica, científica e literária. Economia: a agroexportação; a expansão econômica e o trabalho assalariado; as políticas econômico-financeiras; a política alfandegária e suas conseqüências. 6 A Primeira República (1889-1930). A proclamação da República e os governos militares. A Constituição de 1891. O regime oligárquico: a "política dos estados"; coronelismo; sistema eleitoral; sistema partidário; a hegemonia de São Paulo e Minas Gerais. A economia agroexportadora. A crise dos anos 20 do século XX: tenentismo e revoltas. A Revolução de 1930. A política externa: a obra de Rio Branco; o pan-americanismo; a II Conferência de Paz da Haia (1907); o Brasil e a Grande Guerra de 1914; o Brasil na Liga das Nações. Sociedade e cultura: o Modernismo. 7 A Era Vargas (1930-1945). O processo político e o quadro econômico financeiro. A Constituição de 1934. A Constituição de 1937: o Estado Novo. O contexto internacional dos anos 1930 e 1940; o Brasil e a Segunda Guerra Mundial. Industrialização e legislação trabalhista. Sociedade e cultura. 8 A República Liberal (1945-1964). A nova ordem política: os partidos políticos e eleições; a Constituição de 1946. Industrialização e urbanização. Política externa: relações com os EUA; a Guerra Fria; a "Operação Pan-Americana"; a "política externa independente"; o Brasil na ONU. Sociedade e cultura. 9 O Regime Militar (1964-1985). A Constituição de 1967 e as modificações de 1969. O processo de transição política. A economia. Política externa: relações com os EUA; o "pragmatismo responsável"; relações com a América Latina, relações com a África; o Brasil na ONU. Sociedade e cultura. 10 O processo democrático a partir de 1985. A Constituição de 1988. Partidos políticos e eleições. Transformações econômicas. Impactos da globalização. Mudanças sociais. Manifestações culturais. Evolução da política externa. MERCOSUL. O Brasil na ONU.

Prova de 2010

QUESTÃO 1
Analise as relações Brasil-Argentina nas três últimas décadas do século XIX.
Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 30 pontos)

DANIEL FERREIRA MAGRINI (29/30)

O fim da Guerra do Paraguai marca nova fase nas relações entre Brasil e Argentina. Destruída a ameaça paraguaia à ordem bipolar na bacia do Prata, os dois países retomaram tensões e rivalidades que antecederam a Tríplice Aliança. Nesse sentido, tanto Brasil quanto Argentina buscaram a articulação com os vizinhos sul-americanos para conter o rival, o que provocou alterações em certos aspectos da política externa de ambos. Com a proclamação da República em 1889, o panorama de tensão não é profundamente alterado, apesar de algumas mudanças evidenciadas na Questão de Palmas (Misiones).

O prolongamento da permanência das tropas brasileiras no Paraguai durante o Gabinete Rio Branco (1871-1875) é sinal das transformações em direção à retomada da rivalidade. Esse último marco de intervencionismo brasileiro na região platina durante o Segundo Reinado justificou-se, no âmbito das relações internacionais, pelo receio do avanço das pretensões argentinas na região do Chaco. Assim, esse acontecimento de caráter intervencionista indica a nova postura do Brasil de retraimento vigilante na política externa, preocupada principalmente com a contenção da influência argentina. Do lado argentino, a postura brasileira é vista como direcionador de uma abordagem diferente: consolidada por Bartolomé Mitre, a Argentina não adotará posição expansionista tendo em vista a reconstrução do antigo Vice-Reino do Rio da Prata, como antes, mas buscará a aproximação com os demais Estados hispânicos para conter o Brasil.

Os dois primeiros cenários desses desdobramentos foram as negociações para definição de limites e as iniciativas panamericanistas. Até então, o Império do Brasil insistira no uti possidetis e adotara postura firme de não ceder território nas negociações de limites com seus vizinhos; com o objetivo de evitar tensões que os aproximassem da Argentina unificada, o Brasil assume maior flexibilidade e diminui o ritmo, chegando até a cogitar a antes rejeitada idéia de arbitragem. Resultado disso foi a subsistência de diversas questões limítrofes até a República Velha. O Brasil também tira proveito das divergências de fronteira entre Argentina e Chile para se aproximar desse último. No âmbito panamericano, a iniciativa pende para a Argentina, que busca aliança entre os países hispanoamericanos com base na visão bolivarista. A diplomacia brasileira responde com esforços para evitar a formação de coalizão anti-brasileira. Desses dois palcos internacionais, pode-se depreender as articulações diplomáticas em torno da rivalidade das duas potências platinas.

No âmbito econômico, a modernização dos dois países no contexto periférico do capitalismo industrial do século XIX coaduna-se com a realidade do eixo geopolítico. As duas economias guardam pouca complementaridade e, se exercem o mesmo papel de fornecedoras de matérias-primas agrícolas para os mercados centrais, seus principais produtos de exportação não são concorrentes: o Brasil é exportador de café principalmente para os Estados Unidos, enquanto a Argentina exporta carne e trigo para a Europa. No entanto, observa-se, em certa medida, disputa entre os dois vizinhos pelos investimentos europeus na América do Sul, sobretudo nos setores de infraestrutura de exportação. Se essa

perspectiva indicaria o recrudescimento da rivalidade, cabe ressaltar também a demanda por empréstimos dos dois: o Brasil obteve, no final do Império, empréstimo vultoso de 20 milhões de libras esterlinas; tanto Brasil quanto Argentina saem da Guerra do Paraguai bastante endividados. No sentido contrário da relação causal das tensões Brasil-Argentina, a falta de cooperação entre os dois vizinhos afastou qualquer perspectiva de negociação conjunta no momento de crise dos dois, na década de 1890, porquanto o Brasil buscou maximizar isoladamente seus ganhos com o universalismo e a política de prestígio pautada nas viagens de D. Pedro II e a Argentina concentrou-se nos benefícios auferidos da relação íntima com o Reino Unido.

A proclamação da República no Brasil provocou certos desdobramentos diferenciados na relação bilateral e na articulação em torno do retraimento vigilante brasileiro. A Argentina é o primeiro país a reconhecer o novo regime brasileiro e as divergências em relação à forma de Governo singular do Brasil no contexto americano são desfeitas. A presença do Brasil na Conferência Panamericana de Washington sinaliza mudança na política externa brasileira: da política pragmática firme do Império, passa-se ao americanismo ideológico flexível. O novo regime, instável no plano interno, procura melhorar as relações no eixo continental no plano externo.

Se novamente a política panamericanista é indício da configuração das relações Brasil-Argentina, as negociações de limites também não deixam de adquirir novos contornos. A indefinição das fronteiras na região de Missões, a oeste do estado de Santa Catarina, é razão para as negociações do chanceler Quintino Bocaiúva com a potência vizinha, o que culmina com a assinatura do Tratado de Montevidéu. Esse acordo, entretanto, não é ratificado pelo Congresso Nacional sob recomendação do próprio Bocaiúva; com efeito, cedia metade da região em litígio à Argentina, o que não satisfazia os interesses brasileiros. A recusa do Congresso brasileiro marca não somente o fortalecimento da instância parlamentar nos negócios estrangeiros, como também fornece subsídio para afirmar-se a continuidade da rivalidade entre Brasil e Argentina.

Outros eixos sinalizam mudanças além do panamericano e fronteiriço, mas subsiste a tensão em torno do sistema bipolar platino. Durante a Revolta da Armada, o presidente Floriano Peixoto procura Buenos Aires para a aquisição de uma esquadra a fim de combater os revoltosos no Rio de Janeiro, o que é negado pela Argentina. Esse ocorrido evidencia que o grau de cooperação ensaiado após a queda da Monarquia não se traduziu em desconstrução do modelo de tensão nas relações entre Brasil e Argentina: o vizinho platino não estava disposto a ceder parcela do poderio naval em prol da estabilização da República brasileira. No eixo econômico, a simultaneidade entre o Encilhamento brasileiro e a crise da Bolsa argentina não gerou concertação entre o dois, obrigando-os à aceitação de acordos draconianos com seus credores (funding loan de Campos Sales). A falta de cooperação e seus prejuízos nas negociações com credores no final do século XIX não foi lição aprendida nas crises da dívida da década de 1980.

A estabilização do regime republicano brasileiro com Campos Sales aponta novos rumos para as relações entre Brasil e Argentina, sem romper, contudo, com o paradigma da rivalidade. A resolução da Questão de Missões (Palmas) pelo arbitramento do presidente norte-americano Glover Cleveland em favor do Brasil desponta a figura do Barão de Rio Branco na diplomacia brasileira. Sob a perspectiva argentina, a conclusão desse litígio expõe a aproximação do Brasil com os Estados Unidos, que seria fortalecida por Rio Branco durante sua chancelaria e já fora prenunciada pelo Acordo Blaine-Mendonça de 1891 e pela

contratação da "esquadra de papel" por Floriano para combater a Revolta da Armada. Nesse sentido, a Questão de Palmas é prévia do recrudescimento das tensões com a Argentina nas primeiras décadas do século XX.

A partir desses argumentos, pode-se verificar a caracterização das relações entre Brasil e Argentina nas três últimas décadas do século XIX sob o eixo do retorno da rivalidade entre os dois vizinhos platinos. O fim da Guerra do Paraguai é marco da retomada das tensões no sistema bipolar do Cone Sul, em que se apresentam articulações no âmbito continental e aspectos econômicos. A proclamação da República provocou laços diretos entre os dois Estados; no entanto, a lógica regional geopolítica prevaleceu sobre obstáculos econômicos comuns e semelhanças internas. O paradigma da rivalidade é levado, após o intervalo da Tríplice Aliança, como fio condutor das relações entre os dois países até o período seguinte, no qual ganha nova dimensão.

QUESTÃO 2

A classe média urbana brasileira, cuja formação incipiente ocorreu na Primeira República, teve crescimento quantitativo na passagem do século XX para o XXI. A respeito da formação da classe média brasileira nas primeiras décadas do século XX, redija um texto dissertativo em que sejam estabelecidas as relações entre os seguintes aspectos:

- expansão da classe média, ascensão da economia cafeeira e atividades governamentais nas primeiras décadas do século XX no Brasil;
- imigração europeia e impactos no ambiente urbano das primeiras grandes urbes brasileiras, tais como São Paulo e Rio de Janeiro;
- expectativas da nova classe média do início do século XX e vida política nacional.

Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 30 pontos)

LEONARDO BASTOS AZEVEDO (28/30)

A classe média urbana brasileira teve a sua conformação condicionada por dois grandes aspectos: a existência do complexo cafeeiro paulista e seus multiplicadores; a industrialização insipiente e o surgimento de atividades citadinas mais complexas, inicial e predominantemente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Destarte, vale dividir a análise desses fatores em três conjuntos relacionados: a ascensão da economia cafeeira, das elites a ela relacionadas e sua produção política; a imigração européia e seus impactos; os anseios dessas novas camadas médias urbanas no início do século XX, essencialmente relacionados aos projetos políticos de então.

O fortalecimento da economia cafeeira, na segunda metade do século XIX, trouxe à configuração socioeconômica do Brasil mudanças essenciais, que podem ser analisadas à diferença de um sistema anterior: o complexo açucareiro. A nova economia cafeeira iria muito além de uma ilha autossuficiente, segundo análise de Celso Furtado. Ao contrário de um sistema fechado, sem circulação de renda e sem a criação de demandas externas, como o era o sistema açucareiro, a nova economia do café vai absorver, gradualmente, mão de obra livre, e gerar demandas de produtos por parte dessa nova classe, bem como do próprio setor.

O controle da produção, por sua vez, encontrava-se, nesse momento, interiorizado no país, e não mais ligado à companhia das Índias Ocidentais ou a outros financistas. Do controle da produção, passar-se-ia ao estabelecimento de demandas políticas de uma classe

que não mais aceitaria a coadjuvância política: a relativa decadência do Nordeste açucareiro deixaria um vácuo de poder primeiramente ocupado pela elite cafeeira fluminense, e posteriormente pelos cafeicultores do oeste paulista. A participação na nova configuração política e a extensão da economia, incluindo-se nesse sistema o novo trabalhador livre, levariam a um processo de aceleração da dinâmica urbana. A construção de ferrovias permitiu, assim, não apenas o transporte da produção até o porto de Santos, mas o estabelecimento, pelos cafeicultores, de moradias urbanas. A esse estabelecimento seguiram-se reformas naturalmente imprescindíveis: companhias de gás; bondes; telégrafos; serviços financeiros e casas comerciais. A economia cafeeira estendeu efeitos multiplicadores que foram além da constituição de uma elite política e econômica e conformaram também uma nova classe urbana, ligada aos serviços já descritos.

Cabe, ainda, relacionar a economia cafeeira às primeiras indicações de um processo de industrialização no Brasil. A passagem da produção cafeeira do Vale do Paraíba para o Oeste paulista serve de fundamento de análise para essas indicações. Como modelos macroanalíticos, que comportam exceções, pode-se caracterizar a produção cafeeira fluminense em menos avançada: baseada em terras de baixa fertilidade, que exigiram a expansão das propriedades até o limite do referido vale, essa produção era amplamente sustentada por mão de obra escrava e pelo transporte do café em mulas. O segundo modelo, implantado sobre as terras roxas, mais produtivas, conheceria mão de obra predominantemente livre e transporte ferroviário. À expansão da produção, limitada posteriormente pelas quedas do preço do café, seguir-se-ia o desvio de parte dos capitais para atividades industriais, a saber a têxtil.

Essa nova elite cafeeira, que dominaria o sistema político nacional até as três primeiras décadas do século XX, sob a política dos Estados, promoveria um movimento de atração de imigrantes para o trabalho nas lavouras. Inicialmente oprimidos pelo regime de semi-servidão do colonato, e impossibilitados, em sua maioria, de comprar as suas propriedades (a Lei de Terras, promulgada em 1850, reconhecia então que à iminente libertação dos escravos deveria seguir a imposição de limites à aquisição de lotes, de forma a manter um excedente de trabalhadores), parte desses imigrantes desenvolveriam atividades urbanas. Em São Paulo, a maioria italiana foi absorvida pela insipiente industrialização; no Rio de Janeiro, posteriormente, reproduzir-se-ia aquele modelo. A imigração japonesa constituiria cinturões de produção agrícola, que abasteciam as cidades diretamente. De uma forma ou de outra, porém, os imigrante trariam mais do que suas culturas familiares: um modelo de organização social de impacto urbano. Para outros autores, a imigração italiana traria também os primeiros ímpetos de organização operária.

Essas novas camadas médias urbanas, portanto, não se encontravam impassíveis diante das modificações por que o país passava. Mais educadas do que a grande massa camponesa, mais desvencilhadas das políticas dos grandes coronéis, e reconhecendo o projeto político de dominação oligárquico, elas estariam na base de movimentos políticos das segunda e terceira décadas do século XX. Essa nova classe: condenava o agrarismo, que sustentava as oligarquias cafeeiras, e muitas vezes defendia um projeto industrializante; condenava o alijamento político em que se encontrava, viabilizado pela política dos governadores e pelas fraudes nas eleições; sofria com as políticas econômicas de valorização do café, que desvalorizavam a moeda nacional e impediam a importação de produtos essenciais.

Com mais acesso à informação, tais camadas conseguiram reconhecer, ademais, a existência de outros setores sociais cujas demandas, se não totalmente convergentes com as suas aspirações, ao menos não divergiam no propósito de se opor às elites políticas do período. Foram eles: o movimento operário, que se organizava a partir da década de 1920; o movimento tenentista, projeto modernizador; oligarquias dissidentes, que não haviam participado da configuração política de então.

As camadas médias urbanas e esses setores conseguiriam, posteriormente, realizar parte de suas expectativas: o fim da República oligárquica e a ascensão de um Estado de compromisso que promoveria a industrialização e a modernização do país. Outrossim, mudariam, depois, as suas demandas, bem com as suas formas de participação da vida política nacional.

QUESTÃO 3

Considerando que a energia foi um dos importantes insumos que motivaram a ação internacional do Brasil em diferentes momentos do século XX, em especial na década de 70, disserte acerca das motivações da política externa no governo Geisel relacionadas ao setor energético.

Extensão máxima: 60 linhas

(valor: 20 pontos)

MATEUS DRUMOND CAIADO (20/20)

A política externa do "Pragmatismo Ecumênico e Responsável" engendrada pelo Ministro Azeredo da Silveira foi amplamente influenciada pela Crise do Petróleo de 1973, a qual expôs o déficit e a dependência energética do Brasil. Dessa maneira, a inserção internacional do Brasil foi influenciada pela pragmática busca por reversão desse quadro, tendo sido auxiliada por concomitante esforço de política interna.

Frente ao contexto de restrição sistêmica, fruto do conflito entre árabes e israelenses que elevou o preço do petróleo, impôs-se ao Brasil a necessidade de aprofundar os laços com o Oriente Médio e a África, de maneira a garantir a sustentabilidade energética do crescimento econômico do Pais.

As relações bilaterais com o Oriente Médio encontravam-se estagnadas desde a visita de Dom Pedro II à região. Nesse sentido, o Brasil passou a apoiar o pleito dos países árabes contra o expansionismo israelense, o que possibilitou aproximação política e comercial. Exemplifica essa aproximação o voto do Brasil favorável à resolução da Assembleia Geral da ONU que considerava o sionismo como forma de racismo.

O aprofundamento das relações bilaterais com a África já havia sido percebido como estratégico pela "Diplomacia do Interesse Nacional" do governo Médici. Já na gestão Geisel busca-se aprofundar ainda mais a aproximação, tendo o Brasil condenado o apartheid, na ONU, e reconhecido, antes de todos os outros países, a independência angolana feita pelo MPLA.

Apesar da necessidade de garantir o suprimento de petróleo à economia brasileira – dependente desse insumo devido à adoção única do modelo rodoviarista – formulou-se também a necessidade de a política externa promover tanto a diversificação das fontes de energia, quanto a diversificação das parcerias comerciais, como meio de garantir recursos (advindos das exportações) para a importação do petróleo pelo Brasil.

No contexto da diversificação da matriz energética brasileira, a energia nuclear foi eleita como prioritária, tanto por prover energia ao desenvolvimento autônomo nacional, quanto pela sua sensibilidade no aspecto militar. Dessa forma, após a recusa americana de transferir tecnologia nuclear ao Brasil por meio do Acordo de 1972, o qual levou à construção de Angra I, o Brasil firma, em 1975, Acordo de Cooperação Nuclear com a RFA. Esse acordo previa transferência de tecnologia e construção de usinas nucleares no Brasil, tendo rendido a construção de Angra II.

No que tange a diversificação de parcerias comerciais, destaca-se a busca por superávits comerciais como meio de facilitar a importação de petróleo e diminuir o peso dos empréstimos para tanto. Em tal contexto, efetuou-se o reconhecimento da República Popular da China (RPC), em 1974, fruto da percepção do caráter estratégico de seu grande mercado consumidor. Ademais, intensificou-se o relacionamento comercial com os países socialistas do Leste Europeu.

Cabe ressaltar que a preponderância da temática energética na política externa do pragmatismo ecumênico e responsável apoiou-se em priorização do tema no relacionamento regional e na política interna. As negociações acerca da construção da hidrelétrica binacional de Itaipu, a qual, em 1979, veio a ser compatibilizada com projetos argentinos, demonstram o peso do fator energético no relacionamento regional. O lançamento do II PND, que previa investimentos em petróleo e fontes alternativas, dentre as quais destaca-se o proálcool, demonstra a congruência entre a política externa e interna.

A crise do petróleo de 1979, impôs restrição sistêmica ao crescimento auto-sustentado brasileiro. A inserção internacional do Brasil, nesse sentido, passou a responder ao imperativo de garantir os fluxos de petróleo para o Brasil (aproximação com África e Oriente Médio) e diversificar tanto a matriz (acordo nuclear com a RFA) quanto os parceiros comerciais (aproximação com a RPC e leste europeu).

QUESTÃO 4

Discorra sobre a relação entre a inserção internacional de segurança e a política exterior do Brasil no período compreendido entre 1945 e 1990.
Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)

HENRI PFEIFFER LOPES (17/20)

A política exterior de qualquer país, conquanto almeje objetivos específicos, jamais pode se distanciar da meta fundamental de garantir a própria segurança nacional. Entre 1945 e 1990, a política exterior do Brasil esteve fortemente vinculada ao projeto desenvolvimentista do Estado brasileiro, mas não foi uma exceção a esse postulado do realismo político. Ao invés de conceber as metas de segurança e desenvolvimento como campos estanques, o pensamento formulado tanto por civis quanto por militares brasileiros concebia um alto grau de complementaridade entre ambos os objetivos. O pensamento brasileiro compreendia a existência de uma relação dialética entre segurança e desenvolvimento, em que uma meta não poderia se realizar sem a outra, sendo este o principal aspecto da relação entre a inserção internacional de segurança e a política exterior do Brasil.

O pensamento civil acerca dessa relação costuma ser relegado a segundo plano diante do pensamento mais estruturado dos militares, cujo foco de irradiação foi a Escola Superior de Guerra (ESG) e seu maior fruto foi a doutrina de segurança nacional. O pensamento civil, por outro lado, foi mais descentralizado, não sendo o ISEB, por exemplo, tão hegemônico entre os civis quanto a ESG entre militares. Entre os produtos do pensamento civil estão obras que criticaram o modelo econômico liberal e afirmaram que o Estado deveria atuar de forma mais destacada em prol do desenvolvimento da economia como forma de garantir a segurança nacional, tal qual propôs Helio Jaguaribe em O nacionalismo no Brasil atual. Os frutos do pensamento dos civis e dos militares, no entanto, não foram apenas desdobramentos teóricos, tendo influenciado concretamente iniciativas da política externa.

Nos anos 1950, o maior exemplo de vinculação entre inserção internacional de segurança e a política externa de ideal desenvolvimentista do Brasil foi a Operação Pan-americana. A OPA é lançada em um contexto em que o eixo da política externa ainda é bilateral-americanista. Em especial após a II Guerra, o alinhamento com os EUA foi tomado como a principal garantia de segurança do Brasil e do Hemisfério Ocidental diante do cenário internacional marcado pela emergente guerra fria, concepção consagrada, por exemplo, por ocasião da celebração do TIAR em 1947. A OPA, proposta pelo governo JK, marcou uma primeira mudança no discurso brasileiro sobre a segurança hemisférica. O governo JK buscou relacionar a segurança do continente frente à ascensão do comunismo internacional à garantia de melhores condições de vida e desenvolvimento econômico aos povos da América. De parcos resultados no curto prazo, os postulados da OPA chamaram a atenção dos EUA após a revolução cubana, influenciando o governo Kennedy a lançar a Aliança para o Progresso.

A transição do paradigma liberal-americanista para a ideia de globalismo na política externa brasileira nos anos 1960 não poderia deixar de influir sobre a concepção nacional da relação entre segurança e desenvolvimento. Nesse contexto, o peso maior nessa relação pendeu para o lado do desenvolvimento, reforçando a ideia desenvolvida pela OPA. Se desenvolvimento era a condição fundamental para que o país garantisse a sua segurança internacional e ordem doméstica, cumpria diversificar os eixos de política externa pelos quais o Brasil deveria buscar os recursos que necessitava. Passou-se a vislumbrar que uma inserção de segurança associada aos EUA limitava as possibilidades do Brasil no meio internacional e, conquanto o país permanecesse aliado à superpotência ocidental, ele deveria ser capaz de promover a inserção de segurança de forma autônoma, para o que precisaria industrializar-se e estabelecer contatos políticos e econômicos com outros parceiros.

Essas proposições consubstanciadas na política externa independente perduraram hegemônicas até 1990, mesmo diante de preferências ideológicas específicas de certos períodos do regime militar. O governo Castelo Branco, por exemplo, ainda que politicamente tenha representando um "passo fora da cadência", não pode se furtar, na área econômica ao menos, a uma diversificação de parceiros, pois havia uma tendência de universalismo inevitável. A relação entre desenvolvimento e segurança voltou a se reequilibrar no período militar, principalmente em relação à ordem interna, mas, no que se refere à política externa, a concepção dos militares foi próxima à dos civis.

A política exterior, portanto, relacionava-se à segurança nacional por meio do vínculo entre segurança e desenvolvimento, concepção compartilhada tanto por civis quanto por

militares e ajustada conforme as alterações percebidas no paradigma brasileiro de inserção internacional.

* * *

HISTÓRIA MUNDIAL (Prova Objetiva)

HISTÓRIA MUNDIAL (Primeira Fase): 1 Estruturas e ideias econômicas. Da Revolução Industrial ao capitalismo organizado: séculos XVIII a XX. Características gerais e principais fases do desenvolvimento capitalista (desde aproximadamente 1780). Principais ideias econômicas: da fisiocracia ao liberalismo. Marxismo. As crises e os mecanismos anticrise: a Crise de 1929 e o "New Deal". A prosperidade no segundo pós-guerra. O "Welfare State" e sua crise. O Pós-Fordismo e a acumulação flexível. 2 Revoluções. As revoluções burguesas. Processos de independência na América. Conceitos e características gerais das revoluções contemporâneas. Movimentos operários: luditas, cartistas e "Trade Unions". Anarquismo. Socialismo. Revoluções no século XX: Rússia e China. Revoluções na América Latina: os casos do México e de Cuba. 3 As relações internacionais. Modelos e interpretações. O Concerto Europeu e sua crise (1815-1918): do Congresso de Viena à Santa Aliança e à Quádrupla Aliança, os pontos de ruptura, os sistemas de Bismarck, as Alianças e a diplomacia secreta. As rivalidades coloniais. A questão balcânica (incluindo antecedentes e desenvolvimento recente). Causas da Primeira Guerra Mundial. Os 14 pontos de Wilson. A Paz de Versalhes e a ordem mundial resultante (1919-1939). A Liga das Nações. A "teoria dos dois campos" e a coexistência pacífica. As causas da Segunda Guerra Mundial. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta, Potsdam e São Francisco e a ordem mundial decorrente. Bretton Woods. O Plano Marshall. A Organização das Nações Unidas. A Guerra Fria: a noção de bipolaridade (de Truman a Nixon). Os conflitos localizados. A "détente". A "segunda Guerra Fria" (Reagan-Bush). A crise e a desagregação do bloco soviético. 4 Colonialismo, imperialismo, políticas de dominação. O fim do colonialismo do Antigo Regime. A nova expansão européia. Os debates acerca da natureza do Imperialismo. A partilha da África e da Ásia. O processo de dominação e a reação na Índia, China e Japão. A descolonização. A Conferência de Bandung. O Não-Alinhamento. O conceito de Terceiro Mundo. 5 A evolução política e econômica nas Américas. A expansão territorial nos EUA. A Guerra de Secessão. A constituição das identidades nacionais e dos Estados na América Latina. A doutrina Monroe e sua aplicação. A política externa dos EUA na América Latina. O Pan-Americanismo. A OEA e o Tratado do Rio de Janeiro. As experiências de integração nas Américas. 6 Ideias e regimes políticos. Grandes correntes ideológicas da política no século XIX: liberalismo e nacionalismo. A construção dos Estados nacionais: a Alemanha e a Itália. Grandes correntes ideológicas da política no século XX: democracia, fascismo, comunismo. Ditaduras e regimes fascistas. O novo nacionalismo e a questão do fundamentalismo contemporâneo. O liberalismo no século XX. 7 A vida cultural. O movimento romântico. A cultura do imperialismo. As vanguardas européias. O modernismo. A pós-modernidade.

***

GEOGRAFIA

A prova de Geografia consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 90 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas.

GEOGRAFIA (Primeira e Terceira Fases): 1 História da Geografia: 1.1 Expansão colonial e pensamento geográfico. 1.2 A Geografia moderna e a questão nacional na Europa. 1.3 As principais correntes metodológicas da Geografia. 2 A Geografia da População. 2.1 Distribuição espacial da população no Brasil e no mundo. 2.2 Os grandes movimentos migratórios internacionais e intranacionais. 2.3 Dinâmica populacional e indicadores da qualidade de vida das populações. 3 Geografia Econômica. 3.1 Globalização e divisão internacional do trabalho. 3.2 Formação e estrutura dos blocos econômicos internacionais. 3.3 Energia, logística e re-ordenamento territorial pós-fordista. 3.4 Disparidades regionais e planejamento no Brasil. 4 Geografia Agrária. 4.1 Distribuição geográfica da agricultura e pecuária mundiais. 4.2 Estruturação e funcionamento do agronegócio no Brasil e no mundo. 4.3 Estrutura fundiária, uso da terra e relações de produção no campo brasileiro. 5 Geografia Urbana. 5.1 Processo de urbanização e formação de redes de cidades. 5.2 Conurbação, metropolização e cidades-mundiais. 5.3 Dinâmica intraurbana das metrópoles brasileiras. 5.4 O papel das cidades médias na modernização do Brasil. 6 Geografia Política. 6.1 Teorias geopolíticas e poder mundial. 6.2 Temas clássicos da Geografia Política: as fronteiras e as formas de apropriação política do espaço. 6.3 Relações Estado e território. 6.4 Formação territorial do Brasil. 7. Geografia e gestão ambiental. 7.1 O meio ambiente nas relações internacionais: avanços conceituais e institucionais. 7.2 Macro divisão natural do espaço brasileiro: biomas, domínios e ecossistemas 7.3 Política e gestão ambiental no Brasil.

Prova de 2010

QUESTÃO 1

Fenômeno relevante do início do século XXI, as migrações internacionais globalizaram-se a partir da segunda metade do século XX. Acerca desse assunto, redija um texto dissertativo atendendo, necessariamente, ao que se pede a seguir.

- Apresente as principais causas do movimento migratório global e os principais fluxos da migração internacional.
- Relacione o fenômeno da migração internacional do início do presente século com a questão dos direitos humanos.

Extensão máxima: 90 linhas

(valor: 30 pontos)

GUSTAVO HEYSE MARCHETTI (30/30)

As migrações internacionais sempre foram fenômeno relevante nas sociedades humanas. A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, e em especial ao final do século XX e início do XXI, essa dinâmica tem-se intensificado e globalizado por causas diversas – socioeconômicas, políticas, tecnológicas e ambientais. São causas antigas e contemporâneas que têm impelido o movimento migratório global seja entre os países do Sul e do Norte seja entre os países do Sul. No advento deste século, encontra-se no âmago do debate migratório a questão dos direitos humanos, haja vista o recrudescimento da xenofobia. Destacam-se também as "migrações forçadas", cujo papel, segundo a Organização das Nações Unidas, tem sido cada vez mais significativo nos fluxos migratórios globais.

De um lado, para a visão de mundo marxista, toda migração seria forçada. Em Por uma outra globalização, Milton Santos aponta que as causas do movimento migratório global estariam vinculadas à lógica do capital, que seria excludente, pois escolheria espaços e populações beneficiadas, forçando pessoas a se deslocarem para uma região ou um país economicamente mais dinâmico. Por outro lado, a percepção liberal entende que o fenômeno migratório estaria relacionado a decisões individuais, ao livre-arbítrio do indivíduo. As pessoas tomariam a decisão de migrar não sob constrangimento das dinâmicas do capital, mas, sim, fundamentadas em fatores de atração e de repulsão de países e regiões. Para essa escola de pensamento, as migrações forçadas seriam resultado de fatores diversos, como guerras, conflitos internos, desastres ambientais etc.

A partir da segunda metade do século XX, diferentes fatores têm intensificado o movimento migratório global. A disparidade socioeconômica entre as sociedades é o principal fator de estímulo a essa dinâmica. A "migração econômica" é resultado das diferenças de renda per capita, de qualidade de vida, de oportunidades, fazendo que muitas pessoas saiam do seu lugar de origem em busca de uma vida melhor. O tipo de migração clássica, nesse aspecto, é a do Sul em direção ao Norte, onde as sociedades têm Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) – que leva em conta, além da renda, dimensões como educação e saúde – bastante altos em comparação com as sociedades do Sul. Os principais fluxos migratórios entre o Sul e o Norte são: dos países da América Latina, em particular, dos países da América Central e Caribe para os Estados Unidos; da África Subsaariana, do Magreb e do Oriente Médio para a Europa Ocidental; da Europa Oriental para a Europa Ocidental; de países do Leste da Ásia para a América do Norte, a Oceania e o Japão. É notável que essas correntes migratórias acontecem entre regiões que têm ou tiveram forte vinculo econômico e político, como das antigas colônias africanas para as ex-metrópoles europeias ou da região de influência americana para os EUA. Entretanto, com a nova divisão internacional do trabalho, verifica-se crescente fluxo migratório entre os países do Sul, em especial, entre as "periferias" e as "semi-periferias". Em virtude do crescimento econômico assimétrico entre os países em desenvolvimento, as economias regionais mais dinâmicas atraem cada vez mais imigrantes de países vizinhos, como são os casos da África do Sul – que recebe emigrantes de Moçambique, Namíbia, Suazilândia – e também dos países do Golfo Pérsico – que, em razão do aumento do preço do petróleo, atraem mão-de-obra da Índia e de países africanos para trabalhar na indústria petrolífera e nos grandes canteiros de obra da região.

O fenômeno da migração internacional tem provocado desinteligências entre as nações. Com o crescimento dos fluxos migratórios, parte das sociedades que recebem os migrantes tem defendido, mediante a organização em torno de partidos cujo programa

atende a demandas xenófobas, medidas mais robustas no tratamento da questão. Em parte devido ao medo da perda do emprego ou simplesmente do outro, esses movimentos têm ganhado espaço político nos governos europeus. Com uma agenda política cujo objetivo é criminalizar o imigrante, esses grupos nacionalistas têm conseguido aprovar medidas de endurecimento, como a proibição dos minaretes na Suíça, a criminalização do imigrante "sem papel" na Itália e a proibição do uso do véu na França. Em âmbito regional, a aprovação pela União Europeia da chamada "diretiva de retorno", com tratamento policial do migrante, tem levantado o debate sobre a questão da defesa dos direitos humanos pelos países de origem do imigrante. Nos EUA, a atuação de milícias na fronteira – como o Minuteman – e a construção de muro para impedir a entrada de imigrantes "ilegais", bem como a adoção de medidas repressivas pelos estados – Arizona, por exemplo – têm estremecido as relações com os países latino-americanos e dividido a população americana.

É importante destacar também o fenômeno da migração forçada, evidente violação dos direitos humanos. Ela ocorre tanto por motivos antigos (guerras, conflitos étnicos e religiosos) quanto contemporâneos (mudança climática). A figura do refugiado tem ganhado cada vez mais destaque no contexto das migrações e recebido o amparo de organizações internacionais, como a ONU, por intermédio do ACNUR. Os refugiados iraquianos na Síria ou na Alemanha e dos afegãos no Paquistão e no Irã são os exemplos contemporâneos mais dramáticos.

Embora as migrações Sul-Norte ainda constituam grande parte do fluxo migratório global, gerando problemas como a xenofobia e a "fuga de cérebros", o movimento migratório Sul-Sul tem ganhado destaque, sendo mais significativo hoje, se levarmos em consideração as migrações forçadas. A questão dos direitos humanos está evidentemente bastante imbricada com a dos direitos humanos, bem como com a crescente necessidade dos países desenvolvidos por mão-de-obra, haja vista a queda de seu saldo vegetativo.

QUESTÃO 2

Se, em grande medida, a industrialização tardia do Brasil pode ser atribuída à ausência de combustíveis fósseis abundantes em nosso território terrestre, as perspectivas para o futuro parecem, ao contrário, bastante promissoras. A esse respeito, discorra, sucintamente, sobre as opções de energias renováveis e não renováveis do Brasil, conjecturando sobre a fonte que deverá constituir, em breve, o eixo de nossa matriz energética.
Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 30 pontos)

RUBENS DIONISIO DE CAMARGO CAMPANA (30/30)

Tradicionalmente, o Brasil esteve submetido a limitações energéticas que impediram um ciclo de industrialização precoce, que, em países como a Alemanha, foi possibilitado pela presença de energia fóssil barata. O Brasil não é rico em carvão mineral, e a descoberta de petróleo em Lobato, nos anos 1930, apesar de ter resultado em euforia, não foi seguida de importante exploração terrestre.

No início do século XXI, no entanto, o Brasil depara-se com diversas opções de investimentos energéticos, que podem vir a dar maior robustez a uma matriz já extensa e diversificada. No caso hidrelétrico, a bacia amazônica representa o maior potencial

energético, embora a utilização ainda seja baixa em comparação a outras bacias. O melhor planejamento e a tecnologia disponível atualmente permitem evitar a necessidade de áreas de alagamentos extensas como anteriormente — evitando um caso como o de Balbina — e obras como as das usinas do Rio Madeira, Santo Antônio e Jirau, devem produzir no futuro o equivalente a meia Itaipu. No Rio Xingu, a Usina de Belo Monte é outra obra importante, e prevê-se atualmente a possibilidade de parcerias para a construção de usinas na bacia amazônica a montante do território brasileiro, com capital nacional, ou nas fronteiras, seguindo o modelo binacional. A integração da rede elétrica com o Sul aumentará a segurança do sistema e abastecerá a região concentrada.

A quase saturação da Bacia do São Francisco não impede que novas usinas sejam instaladas, como as previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); com menor aproveitamento até agora, no entanto, os investimentos no Nordeste devem concentrar-se na Bacia do Parnaíba. No Sul, a grande utilização da Bacia do Paraná também não impede investimentos, visto que as variações altimétricas dessa bacia garantem grande eficiência em relação à área alagada. Pequenas Centrais Hidrelétricas, de menor impacto relativo, já estão em construção, como Mauá, no Paraná.

No campo da extração de petróleo, a vigorosa exploração da Bacia de Campos, iniciada na década de 1970, agora prossegue com a descoberta de novas áreas e o aprofundamento da tecnologia. A região que compõe as reservas do petróleo da camada do pré-sal apresenta-se com enorme potencial, estendendo-se do litoral do Espírito Santo até o litoral de Santa Catarina. É notável também a potencialidade das novas áreas do pós-sal, e a tecnologia de exploração em camadas profundas permite que o Brasil busque novas oportunidades de investimento na África, como já ocorre em vários países lusófonos.

A extração de gás apresenta também grande potencial; a extração no Campo de Júpiter pode, em longo prazo, garantir a auto-suficiência, se associada também às reservas de Urucu. A extração do gás natural no espaço marítimo oferece novas possibilidades, como a instalação de usinas "off shore", dado o menor custo dos cabos de energia em comparação à instalação de dutos. Por fim, o projeto do Anel Energético da América do Sul, parte da IIRSA, visa ligar os países produtores de gás do continente, como Bolívia, Venezuela e Peru, aos consumidores, como o Brasil. O próprio duto Brasil-Bolívia pode ser ampliado, segundo estudos recentes.

Controlador de todas as etapas necessárias para a geração de energia nuclear, o Brasil combina esse recurso tecnológico com a presença de reservas de urânio, principalmente as de Caetité. O potencial de enriquecimento do Brasil ainda é baixo, mas a cooperação com a Argentina pode ser estendida rumo à suficiência para os dois países, no futuro. O projeto de Angra III representa importante passo no planejamento energético brasileiro.

A extração de carvão mineral concentra-se no Sul, especialmente em Criciúma, mas o baixo teor de carbono do carvão brasileiro limita a eficiência dessa fonte.

A energia eólica, que ganha destaque com o PAC, pode ser importante área de inovação para reforçar a matriz limpa e recebe investimentos no Rio Grande do Sul e no Ceará.

A principal vantagem da matriz brasileira é sua característica relativamente limpa e altamente renovável. Para além da geração elétrica, o etanol brasileiro reforça essas características, sendo a eficiente produção da cana um ponto central, que se associa com a eficiência garantida pela tecnologia — resultado na melhor relação entre energia, biomassa

e captura de carbono entre os biocombustíveis. Também investe hoje o Brasil em tecnologias novas de biodiesel e inovações tecnológicas para o etanol.

No futuro, o Brasil deve constituir sua matriz energética de maneira variada, com destaque para a hidroeletricidade e para os biocombustíveis, duas áreas em que o país possui enormes vantagens e que são fontes limpas e renováveis. O pré-sal e a possibilidade de um biocombustível produzido a partir da soja também terão impacto extremamente positivo. Por fim, o longo prazo deve exigir a nuclearização, embora o eixo atual deva ser o hídrico/petrolífero.

QUESTÃO 3

No livro Brasil: território e sociedade no limiar do século XXI, Milton Santos e Maria Laura Silveira propõem uma nova regionalização para o território brasileiro contemporâneo. Apresente as unidades regionais identificadas pelos autores, comente as características que distinguem cada uma dessas regiões e explique as relações existentes entre elas.
Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)

GUILHERME LOPES LEIVAS LEITE (20/20)

Para Milton Santos e Maria Laura Silveira, existem quarto macrorregiões no Brasil: Norte, Nordeste, Centro-Oeste e região concentrada, que engloba o Sul e o Sudeste. A lógica dessa regionalização foi a polarização histórica do centro dinâmico do país e sua relação com áreas deprimidas, periferias e fronteiras. A desconcentração incompleta da economia brasileira fez que essa divisão ainda impere; as dinâmicas atuais, porém, complexificam os fluxo e redirecionam os vetores, de modo que se pode observar, em certos espaços, uma nova regionalização do território brasileiro.

A região concentrada é constituída pelos Estados do Sul e Sudeste e caracteriza-se pela densidade de sistemas técnicos, dinamismo econômico-industrial, a polaridade e integração à ordem econômica global. Passa, por um lado, por processo de desconcentração concentrada, com a reterritorilização intrarregional das indústrias. Sintomático é o dado de que São Paulo e Rio Grande do Sul estavam entre os cinco Estados cujo número de empresas mais aumentou, ambos de industrialização tradicional. Assim, trata-se do espaço do mandar brasileiro, que articula e coordena as demais regiões. As principais metrópoles, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre, segundo o último REGIC, apresentam abrangência significativa para além dos limites estaduais, muitas vezes a despeito de cidades mais próximas.

Área tradicionalmente deprimida, a região Nordeste consiste em região de ocupação antiga, com grandes rugosidades econômicas, bem como sociais, mas que sofre surto muito recente de industrialização. A chamada "guerra dos lugares" e as economias de aglomeração possibilitam certo transbordamento de capitais da região concentrada. O modelo de industrialização, no entanto, é alienado da tecnologia e pouco integrado ao espaço que ocupa. As rugosidades, por sua vez, dificultam a fluidez do capital e a maior interiorização do desenvolvimento. A articulação entre Nordeste e Norte tem ocorrido, nos últimos anos, por meio da integração física, com a construção de linhões que ligam Tucuruí ao sistema CHESF, a interligação do gasoduto a ligações rodoviárias e ferroviárias ainda projetadas. Com o

Centro – Oeste, por sua vez, passa a ter pontos de contato em sua hinterlândia, com a expansão da soja às franjas da Caatinga na região do Bico do Papagaio, entre Maranhão, Piauí e o sul baiano.

Contrastando as rugosidades nordestinas, encontra-se a Região Norte, zona de fronteiras brasileira. De ocupação rarefeita e concentrada, constitui "anecúmeno superpovoado" na expressão de Bertha Becker. À exceção de Manaus, o eixo oeste de Belém goza de presença industrial quase insignificante, apenas com enclaves mineradoras extrativistas totalmente desterritorializados. A falta de sistemas técnicos impede a desconcentração mais contundente para a região, mas novas potencialidades hidrelétricas tornam-na foz dos excedentes de capital da área core brasileira. O Centro-Oeste também expande sua fronteira agrícola na Amazônia setentrional e oriental.

A região Centro-Oeste é a região mais articulada à região concentrada, uma vez que seu dinamismo atual decorre, em grande parte, do transbordamento populacional e financeiro do Sul e do Sudeste. A ocupação ocorreu pela chamada "diáspora sulina", que deu dinamismo ao agronegócio após a adaptação técnica da soja ao Cerrado. É, por sua vez, alvo prioritário da drenagem de capitais, consistindo em uma "periferia integrada".

Apresentam-se, assim, duas tendências que levam à reflexão da regionalização brasileira. Por um lado, o dinamismo do agronegócio e a importância de Brasília e Goiânia estariam permitindo uma acumulação primitiva de capital e crescimento de modo a integrar a região Centro-Oeste à região concentrada, conformando-se a ideia de região Centro-sul, conforme Pedro Geiger. Por outro, a expansão do Centro-Oeste às franjas do Norte e do Nordeste parece mais ser o transbordamento do capital e da lógica da região concentrada que uma integração birregional mais igualitária.

Milton Santos tende a concordar com Edward Soja na ideia de que o capitalismo necessita não só da diferença de classes e da exploração de uma sobre a outra, mas também da exploração entre regiões e espaços. A regionalização de Santos parece seguir essa lógica, a região concentrada polariza e coordena as demais regiões, deprimidas, como é o Nordeste, ou de fronteira, ocupada, no caso do Centro-Oeste, e em processo de fechamento, na Amazônia. A nova dinâmica capitalista parece reforçar a centralização da área core, enquanto integra sob sua lógica e seus ditames a região Centro-Oeste, descaracterizando-a.

QUESTÃO 4

Apesar de o Brasil possuir um território de dimensões continentais, as manchas de elevada fertilidade natural de seu solo são escassas. Descreva quais são as principais culturas agrícolas que, historicamente, exploraram estas "vantagens comparativas", e de que forma isto tem influenciado a evolução de nossa formação econômico-social.
Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)

JOÃO EDUARDO GOMIDE DE PAULA (20/20)

As manchas de elevada fertilidade natural verificadas no território foram exploradas pelas mais tradicionais culturas brasileiras: a cana de açúcar e o café, especialmente o do Oeste Paulista. As expansões dessas duas culturas foram, respectivamente, essenciais para definição do modelo de colonização nacional e, ainda, para a expansão da fronteira agrícola, para a industrialização e para a urbanização, no inicio do século XX.

O solo de massapé verificado na Zona da Mata nordestina, especialmente em Pernambuco, é solo com elevada deposição de matéria orgânica associado aos regimes de cheias e baixas dos cursos fluviais meândricos presentes no litoral nordestino. A elevada produtividade da cana de açúcar nessa região viabilizou a exploração comercial da Colônia e a sua inserção no comércio Atlântico. A sociedade gerada nessa região teve como figura central o Senhor de Engenho, o grande proprietário que coordenava o regime de produção baseado no latifúndio, na mão de obra escrava e na monocultura da cana.

De acordo com Sérgio Buarque de Hollanda, essa estrutura social altamente concentradora de riquezas moldou as bases de nossa sociabilidade cordial, paternalista e excludente. Ainda para o autor, o patrimonialismo no trato da res publica teria sus raízes profundas no modelo social erigido sobre os férteis solos de massapé.

De maneira similar, essa sociedade agrária e patriarcal consolidou, ao menos no Nordeste, o padrão de urbanização concentrado no litoral, que somente começou a ser modificado com a exploração aurífera e, especialmente, com a interiorização promovida pelo café. Igualmente relevante é que esse padrão produtivo legou as bases para o modelo fundiário nordestino altamente concentrado na Zona da Mata e disperso no Agreste e no Sertão, locais em que ainda hoje persiste a agricultura de subsistência.

Os solos basálticos do Oeste Paulista e Norte do Paraná, cuja origem remonta às atividades vulcânicas no Mesozóico, chamados de terra roxa em derivação da alcunha terra rossa que lhe foi dada pelos imigrantes italianos, serviram de suporte para o café. Essa cultura agrícola foi fundamental para a industrialização, urbanização e interiorização do Brasil, tendo empregado amplamente mão de obra imigrante.

Ao contrário da cana de açúcar, o café não tinha produção autárquica, demandando insumos e favorecendo a construção de infraestruturas de apoio. O café estimulou a indústria direta ou indiretamente por meio da transferência de capitais auferidos com essa cultura para a indústria. Ao contrário dos Senhores de Engenho, os empresários do café habitavam nas cidades e reinvestiram seus lucros na expansão industrial, especialmente em São Paulo. Além disso, a comercialização do café gerou externalidades significativas como: ferrovias, armazéns, criação de casas bancárias e comerciais. A expansão do café para acompanhar os solos férteis permitiu a crescente interiorização do território que se integrava ao exterior por meio das estradas de ferro. Complementarmente, a utilização do trabalho imigrante permitiu a incorporação de novos padrões de consumo e lançou as sementes do mercado interno nacional. Mesmo após a relativa decadência do café com a Crise de 1929, essa cultura continuaria sua trajetória de expansão para atingir Londrina e Maringá, nas décadas de 1940 e 1950. Além do crescimento de São Paulo, o café foi fundamental para a dinamização do Noroeste do Paraná.

Guardadas suas respectivas diferenças, a cana de açúcar e o café foram basilares para a formação econômica e social brasileira. A primeira cultura viabilizou economicamente a empresa colonial, ao passo que a segunda criou as condições materiais e financeiras da sociedade urbana e industrial contemporânea. Os solos férteis de massapé e a terra roxa ajudam a compreender a dinâmica de expansão territorial dessas culturas.

***

POLÍTICA INTERNACIONAL

A prova de Política Internacional consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 90 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas.

POLÍTICA INTERNACIONAL (Primeira e Terceira Fases): 1 Relações internacionais: conceitos básicos, atores, processos, instituições e principais paradigmas teóricos. 2 A política externa brasileira: evolução desde 1945, principais vertentes e linhas de ação. 3 O Brasil e a América do Sul. 3.1 Integração na América do Sul. 3.2 O MERCOSUL: Origens do processo de integração no Cone Sul: objetivos, características e estágio atual de integração. 3.3 A Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). 3.4 A União Sul-Americana de Nações: objetivos e estrutura. 3.5 O Conselho de Defesa da América do Sul. 4 A política externa argentina; a Argentina e o Brasil. 5 A política externa norte-americana e relações com o Brasil. 6 Relações do Brasil com os demais países do hemisfério. 7 A Política externa francesa e relações com o Brasil. 8 Política externa inglesa e relações com o Brasil. 9 Política externa alemã e relações com o Brasil. 10 A União Européia e o Brasil. 11 Política externa russa e relações com o Brasil. 12 A África e o Brasil. 13 A política externa da China, da Índia e do Japão; relações com o Brasil. 14 Oriente Médio: a questão palestina; Iraque; Irã. 15 A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. 16 A agenda internacional e o Brasil: 16.1 O multilateralismo de dimensão universal: a ONU; as Conferências Internacionais; os órgãos multilaterais. 16.2 Desenvolvimento. 16.3 Pobreza e ações de combate à fome. 16.4 Meio ambiente. 16.5 Direitos Humanos. 16.6 Comércio internacional e Organização Mundial do Comércio (OMC). 16.7 Sistema financeiro internacional. 16.8 Desarmamento e não-proliferação. 16.9 Terrorismo. 16.10 Narcotráfico. 16.11 A reforma das Nações Unidas. 17 O Brasil e o sistema interamericano. 18 O Brasil e a formação dos blocos econômicos. 19 A dimensão da segurança na política exterior do Brasil. 20 O Brasil e as coalizões internacionais: o G-20, o IBAS e o BRIC. 21 O Brasil e a cooperação sul-sul.

Prova de 2010

QUESTÃO 1
Avalie os elementos de continuidade e inovação da política externa brasileira atual e estabeleça paralelos e contrastes com visões de mundo prevalecentes em períodos anteriores, como o da “Política Externa Independente” e o do “Pragmatismo Responsável”.
Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 30 pontos)

FABIANO BASTOS MORAES (29/30)

A política externa brasileira atual, delineada a partir da ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República, é marcada, em linhas gerais, pela ênfase nas relações

Sul-Sul, pela busca de diversificação de parcerias e pela "desideologização", o que quer dizer que se busca orientá-la menos por afinidades político-ideológicas do que pela preocupação em transformar as relações exteriores em pólo ativo no desenvolvimento sócio-econômico nacional. Essas características, observadas abstratamente, não constituem exatamente novidade na história da política externa brasileira. Ao contrário, tais diretrizes possuem pontos de contatos claros com os conceitos principais presentes em dois outros momentos da inserção internacional brasileira: a Política Externa Independente (PEI), que data do início da década de 1960, durante os governos Jânio Quadros e João Goulart, e o Pragmatismo Responsável e Ecumênico, implementado em meados da década de 1970 pelo presidente Ernesto Geisel. No entanto, uma vez que o contexto nacional e internacional das décadas de 1960 e 1970 é bastante diverso daquele dos anos 2000, aquelas idéias mestras, embora ainda observáveis, sofreram modificações, sobretudo no que diz respeito a sua aplicação, de onde provêm importantes diferenças entre a política externa de Quadros/Goulart e Geisel, por um lado, e aquela de Lula, por outro.

A PEI constituiu grande novidade à época de seu anúncio e implementação. De fato, até então a política externa brasileira permanecera, grosso modo, no âmbito ideológico e civilizacional do Ocidente, compreendido como a Europa e as Américas, do que dão prova o "americanismo" da política externa republicana (seja ele "ideológico" ou "pragmático") e a oscilação do Brasil, nas décadas de 1920 e 1930, entre a Europa e a América. A PEI, ao contrário, buscou projetar o país em outras arenas, nas quais a inserção e a presença brasileiras fossem mais importantes, levando-se em conta o interesse nacional. Contrariamente ao Pragmatismo Responsável e às políticas posteriormente implantadas, a PEI possuía uma retórica e um simbolismo bastante politizados, o que é satisfatoriamente demonstrado pela condecoração do líder rebelde cubano Ernesto "Che" Guevara. Encerrada aquela experiência pelo golpe militar de 1964, a política externa brasileira retomou a inserção "ideológica" via a teoria dos "círculos concêntricos", da época da presidência Castelo Branco. Posteriormente, as idéias de diversificação e da busca de parcerias orientada pelo interesse nacional foi retomando espaço, até ganhar nova e sólida expressão com o Pragmatismo Responsável do período Geisel (1974-79). Conforme indica o nome daquela forma de inserção internacional, tratava-se então de pensar a presença externa brasileira de maneira pragmática, tendo em vista o interesse nacional, mas sem descuidar de seu caráter "responsável" – leia-se, sem os arroubos retóricos do período Quadros/Goulart. Anote-se que data dessa época o adensamento das relações com os países africanos (simbolicamente, é importante notar que o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, apesar da disparidade ideológica então verificável entre ambos os países), árabes (em 1975, na ONU, o Brasil se alinhou ao pleito, caro aos países árabes, de considerar o sionismo uma forma de racismo) e asiáticos (data desse período o reconhecimento da China comunista). Em suma, embora PEI e Pragmatismo Responsável possuam as mesmas diretrizes básicas, os contextos interno e externo em que se manifestaram fazem com que a realização daquelas idéias assuma formas diferentes. Ou, como disse um intérprete de ambas, trata-se de idéias afins aplicadas em mundos diferentes.

A mesma análise pode ser estendida, cum grano salis, para a política externa do governo Lula (2003-2010). São palpáveis, na inserção internacional brasileira concebida por aquele presidente, as diretrizes básicas da PEI e do Pragmatismo Responsável, a saber: diversificação de parcerias (tendo em vista menos aspectos ideológicos do que o interesse nacional e o desenvolvimento) e ênfase na inserção Sul-Sul (capaz de render mais

"dividendos", no sentido acima exposto). No entanto, dadas as características do Brasil e da arena global no início do século XXI, tais conceitos assumiram formas diversas.

A primeira idéia a ter em mente é que o Brasil, durante a década de 1990, "quitou" suas hipotecas internacionais no campo dos Direitos Humanos, do Meio-Ambiente e do uso da tecnologia nuclear, e isso marca de forma indelével a atual inserção brasileira. Para ficar em um exemplo, a aceitação, por parte do Brasil, da agenda internacional dos Direitos Humanos se manifesta na atual política externa brasileira por meio do conceito de "não-indiferença", pelo qual o Brasil busca exercer solidariedade ativa em relação a países que passam por crises humanitárias, mesmo que tais países não se encontrem na esfera imediata do interesse nacional, compreendido em sentido estrito. Tal solidariedade se manifestou, por exemplo, no engajamento do Brasil em missões de paz sob a bandeira da ONU (por exemplo, no Haiti) ou na utilização de recursos do Fundo IBAS para combate à pobreza em países como Guiné-Bissau, Sri Lanka e nos territórios palestinos. Desnecessário dizer que essa atuação foi possível tanto pela vontade dos formuladores da política externa brasileira quanto pelo fato de o Brasil gozar de posição internacional relativa mais favorável neste início do século XXI do que nas décadas de 1960 e 1970, o que lhe permite ter presença internacional mais forte.

Outro ponto em que a inserção Sul-Sul do governo Lula se diferencia daquela dos governos Quadros/Goulart e Geisel é na importância dada à cooperação internacional, área em que também comparece o elemento de solidariedade. Assim, o Brasil tem realizado operações de cooperação trilateral (com países europeus na África; com os EUA na América Central e no Caribe) para ajudar países em desenvolvimento, por exemplo, a melhorar sua produtividade agrícola com o auxílio de técnicos da EMBRAPA. Tem-se verificado, igualmente, a cooperação na formação de capital humano, sobretudo dos países africanos, seja com o envio de equipes de treinamento brasileiras, seja com a recepção de estudantes universitários estrangeiros em nossas instituições de ensino. Os dividendos advindos dessa forma de inserção Sul-Sul são, por um lado, maior respeito e prestígio internacionais; por outro, no que tange à cooperação em agricultura, o Brasil, à parte ajudar a melhorar a situação em países necessitados, visa à "commoditização" de produtos como o etanol de cana-de-açúcar.

Por fim, a inserção Sul-Sul brasileira durante o governo Lula buscou, ao contrário do que ocorreu em períodos anteriores, se manifestar de forma multilateral. Buscou, igualmente, institucionalizar-se. A soma dessas duas tendências explica a pletora de grupos fundados pelo Brasil, como o IBAS, o BRIC, a UNASUL, a CELAC, a ASPA. Tais organizações procuram perenizar o diálogo e as relações firmadas pelo Brasil na esfera Sul-Sul, tornando-as imunes às conjunturas políticas, que poderiam interrompê-las ou torná-las mais rarefeitas.

Em suma, o governo Lula, em sua atuação externa, pode ser dito um continuador, ou, melhor ainda, um herdeiro das idéias-mestras da PEI e do Pragmatismo Responsável, desde que se acrescente que os formuladores da política externa presente atualizaram aquelas idéias em confronto com as novas realidades nacionais e internacionais. Assim, como visto, a inserção Sul-Sul foi tingida pelos princípios da solidariedade e da não-indiferença, o que quer dizer que o próprio conceito de interesse nacional foi revisto e ampliado à luz da importância da agenda dos Direitos Humanos na política externa brasileira. Outrossim, o Brasil buscou multilateralizar e institucionalizar sua inserção Sul-Sul, tendo em vista a perenização desses laços e a importância deles para o desenvolvimento nacional. Mutatis mutandis, pode ser dito da política externa de Lula, em comparação à PEI e

ao Pragmatismo Responsável, o que foi dito na análise comparativa das duas doutrinas de inserção internacional dos anos 1960 e 1970 acima mencionadas: as idéias são basicamente as mesmas, mas sua manifestação, haja vista as alterações internas e externas observadas, é bastante diferente.

QUESTÃO 2

A partir de uma perspectiva da mudança global do clima como uma questão de desenvolvimento, comente:

a) a evolução da posição brasileira no processo preparatório da COP-15 e durante a Conferência;

b) desafios e vantagens, do ponto de vista doméstico e internacional, que o país terá nas próximas negociações multilaterais sobre o tema.

Extensão máxima: 90 linhas

(valor: 30 pontos)

FREDERICO OLIVEIRA DE ARAÚJO (27/30)

As mudanças do clima são um fenômeno que atinge indistintamente o mundo inteiro, mas com efeitos especialmente nocivos sobre os países insulares e os de menor desenvolvimento relativo. A diplomacia brasileira tem sido elemento-chave nas negociações sobre o clima, particularmente desde a Rio-92, mas de forma crescente nos últimos anos. Isso se deve à maior legitimidade do Brasil para adotar uma postura pró-ativa, afiançada tanto em credenciais internas (políticas de combate ao desmatamento, adoção de uma matriz produtiva limpa, sistema nacional de unidades conservação) quanto em credenciais externas: participação no regime ambiental internacional, inclusive com compromissos voluntários ambiciosos, articulação de sua diplomacia dos biocombustíveis em favor do desenvolvimento de terceiros países e da redução das emissões de CO2 no globo. Assim, o Brasil promove hoje as principais iniciativas tendentes a contornar o problema das mudanças do clima, não só fazendo a sua parte, mas também – como diria San Tiago Dantas – "contribuindo com idéias", propondo mecanismos inovadores e instrumentos eficazes, segundo o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas.

No processo preparatório da COP-15, o Brasil já vinha se engajando ativamente desde as conferências das partes anteriores. Para não recuar muito, tomemos o caso da COP-13, realizada em Bali, quando se formou grupo de trabalho para intensificar as negociações sobre um segundo período de compromisso (2013-2017) a vigorar após o 1º período do Protocolo de Quioto. Em Bali, o Brasil anunciou a elaboração de um Plano Nacional de Mudanças Climáticas (PNMC), no âmbito doméstico, que serviria de exemplo para a comunidade internacional. Aguardado com bastante expectativa, o PNMC foi lançado no Brasil e divulgado em Copenhague, onde o País expôs seus compromissos voluntários. Ainda em Bali, o Brasil participara ativamente da proposta de criação de um fundo de ajuda aos países de menor desenvolvimento que têm maiores dificuldades em reduzir suas emissões de gases geradores de efeito estufa (GGEE).

Na COP-14, realizada na Polônia, a diplomacia brasileira enfatizou, com grande interesse, a proposta de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD), sempre destacando que os países desenvolvidos têm a obrigação – estabelecida na Eco-92 – de transferir tecnologia e ajuda financeira aos países em desenvolvimento para que estes

possam cumprir sua parte no combate ao aquecimento global. Particularmente, o Brasil tem vantagens quanto à redução das emissões de CO2, pois, segundo o IPCC, 25% das emissões no mundo são causadas por desmatamento; no caso do Brasil, essa cifra chegaria a 70%, o que prova que nossa matriz produtiva (industrial, etc) é relativamente limpa. Ademais, o Brasil já vem conseguindo reduzir o desmatamento em 50% nos últimos anos, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), reconhecidos pela ONU. Portanto, o Brasil tem "vantagens comparativas" em relação a outros países, no que tange à redução das emissões de carbono.

Segundo o Embaixador Everton Vieira Vargas, durante o processo de preparação da COP-15, o Brasil defendeu a proposta de um fundo global de combate às mudanças do clima, com aporte de recursos extras, a espelho do já existente Fundo Amazônia – no que foi apoiado pela União Européia. Os EUA, entretanto, não acolheram a proposta. Divergências dessa natureza demarcam a persistência de clivagens Norte-Sul, apenas parcialmente superada (se tanto) no Acordo de Copenhague de 2009. Este acordo, de caráter não vinculante, foi negociado por Brasil, África do Sul, Índia, China (BASIC), além dos EUA, e endossado por outros países, enquanto algumas nações européias limitaram-se a "tomar nota". Embora não suficiente, o governo brasileiro entende que o Acordo de Copenhague é um passo importante para o esforço internacional de combate às mudanças do clima; nos seus termos, os países desenvolvidos comprometem-se a transferir US$ 100 bilhões até 2020, para os países em desenvolvimento, além de comprometerem-se – de forma não obrigatória – com a redução das emissões em 20% até 2020 e em 80% até 2050. Ao longo da COP-15, o Brasil atuou como "articulador de consensos", obtendo um resultado possível em tema tão polarizado e permeado de clivagens, sempre primando, de forma principiológica, pela observância dos preceitos reconhecidos na Convenção-Quadro de Mudança do Clima.

No bojo daquelas discussões, a Ministra Dilma Roussef comunicou à UNFCCC todos os compromissos voluntários brasileiros, em termos de combate ao desmatamento e de redução das emissões, em números que são mensuráveis, reportáveis e verificáveis.

No entanto, persistem importantes desafios a superar, tanto no âmbito doméstico quanto no plano internacional, para as próximas negociações. No cenário mundial, ainda há divergências sobre a revisão, por exemplo, do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), o qual também nasceu de uma idéia originalmente brasileira. Permanecem clivagens mesmo dentro do mundo desenvolvido: enquanto os EUA não querem engajar-se em metas obrigatórias e apegam-se ao mecanismo de mercado de carbono, a União Européia, por sua vez, parece disposta a aderir a metas mais ambiciosas, desde que outros países desenvolvidos também o façam, porém. Além disso, conquanto o governo Obama represente o retorno dos EUA à mesa de negociações sobre o tema, não se acena para a assinatura do Protocolo de Quioto, imputando-se ao Senado norte-americano sua eventual rejeição – numa lógica possivelmente explicável nos termos da "two-level game theory" de Robert Putnan. Então, o Brasil terá de empenhar sua energia diplomática e sua já demonstrada capacidade de articular consensos para as próximas negociações multilaterais, particularmente na Conferência Rio+20, em 2012, que o Brasil sediará.

No plano doméstico brasileiro, também existem desafios, como divergências interministeriais, em que pese à importância, à transparência e ao caráter ambicioso da Política Nacional de Meio Ambiente em geral, e do PNMC em particular. Outra necessidade é conscientizar o setor produtivo do País, para que a ação da diplomacia brasileira no plano

internacional, em consonância com a sociedade civil (aliás, já incorporada ao debate, haja vista a delegação brasileira em Copenhague), seja feita de forma eficazmente harmoniosa.

Em conclusão, vê-se que o Brasil detém credenciais internas e externas que o habilitam a assumir postura pró-ativa, com enorme legitimidade, nas discussões sobre a diplomacia ambiental e, em especial, quanto às mudanças do clima. Será, portanto, fundado em suas vantagens que o Brasil virá por superar seus desafios.

QUESTÃO 3

O Brasil e a Argentina estabeleceram, a partir da década passada, uma importante cooperação bilateral no campo nuclear. Quais os principais marcos institucionais (e características) dessa cooperação?
Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)

RUBENS DIONISIO DE CAMARGO CAMPANA (20/20)

A integração promovida por Brasil e Argentina foi precedida por intensa construção de confiança em áreas sensíveis, em uma colaboração que prossegue mesmo quando o dínamo da política passa a ser a economia ou a política. No âmbito da segurança, o que Moniz Bandeira chama de "neutralidade imperfeita" do Brasil no conflito das Malvinas é passo importante, mas seria a cooperação bilateral no campo nuclear um dos marcos mais essenciais do relacionamento.

Essa cooperação inicia-se já simultaneamente à convergência promovida pelos governos Sarney e Alfonsín, quando é firmado o primeiro acordo nuclear entre os dois países, colocando fim ao que muitos consideram um dos principais motivos da rivalidade entre os dois regimes militares anteriores — a possibilidade de uma corrida armamentista. Outros acordos nesse tema seguir-se-iam no final da década de 1980, acordos esses que culminam no grande marco dessa cooperação, a criação da Agência Brasileiro-Argentina de Controle e Contabilidade de Materiais Nucleares, a ABACC, de 1991.

A ABACC inova por estabelecer um novo instituto de controle mútuo — o Tratado de Não- Proliferação prevê a possibilidade de arranjos regionais que reforçam o regime de não-proliferação, como no sistema interamericano, representado pelo Tratado de Tlatelolco — mas a agência cria um sistema de dupla contabilidade, ao qual apenas Brasil e Argentina se submetem. O Acordo Quadripartite, entre Brasil, Argentina, ABACC e Agência Internacional de Energia Atômica, estabelece um dos mais estritos regimes de controle em matéria nuclear do mundo.

Os dois países também atuam conjuntamente em todos os eixos do regime internacional de não-proliferação: o universal, representado pelo TNP, o regional, por Tlatelolco, e o de controle de materiais, sendo ambos membros do Nuclear Suppliers Group.

O Brasil também é vigoroso defensor da implementação do artigo sexto do TNP, defendendo o desarmamento em iniciativas como a Coalizão para a Nova Agenda, defesa essa na qual é acompanhado pela Argentina. Os 13 passos propostos por Celso Amorim na iniciativa Global Zero, em Paris, em 2000, prevêem medidas concretas para as potências nucleares. Os dois países caminham juntos na denúncia dos problemas notáveis do regime,

legitimados por participarem do que foi a primeira zona livre de armas nucleares e por iniciativas como o Acordo Tripartite.

Uma outra dimensão ainda dessa cooperação é a integração das cadeias de produção de energia nuclear, sendo a Argentina um parceiro estratégico do Brasil no projeto de alcançar a suficiência na obtenção de urânio enriquecido, o que pode ser conquistado na forma de uma suficiência conjunta.

Brasil e Argentina cooperaram para evitar que a desconfiança levasse a proliferação e a possível destruição mútua, e hoje atuam com coordenação em temas como energia nuclear e proliferação.

QUESTÃO 4

Jochen Prantl considera que o contexto internacional caracteriza-se, atualmente, pela "multipolaridade sem multilateralismo". Com base nessa assertiva, comente:

a) o papel do Brasil no âmbito dos diversos grupos negociadores que integra;

b) naquilo que se refere aos grupos UNASUL, CELAC, BRICs, IBAS, AFRAS e ASPA, descreva as características de cada um deles e identifique a importância que podem ter na dimensão Sul-Sul da política externa brasileira.

Extensão máxima: 60 linhas

(valor: 20 pontos)

MARIA EUGENIA ZABOTTO PULINO (17/20)

O Brasil integra, atualmente, diversos foros internacionais de negociação e deliberação. Nos últimos anos, a diplomacia brasileira passou a participar dos mais diversos regimes internacionais, sobre os mais variados temas. A estratégia de participar para transformar se reflete na postura propositiva do país, que congrega diferentes atores nos foros de cuja criação fez parte. A via da negociação tem sido constantemente privilegiada e estimulada pela política externa brasileira, que "optou por trocar a estática da confrontação pela dinâmica da cooperação", nas palavras do Presidente Lula.

A "multipolaridade sem multilateralismo", denunciada por Jochen Prantl, é uma das principais críticas da diplomacia brasileira ao sistema internacional pós-Guerra Fria. O multilateralismo, nas palavras do Chanceler Celso Amorim, "é a expressão jurídica da multipolaridade". O poder econômico, político e até mesmo militar vem se mostrando cada vez mais descentralizado, enquanto que os foros decisórios continuam representando a antiga ordem do pós-Segunda Guerra Mundial. A participação e incentivo ao G-20 Financeiro pela política externa brasileira, especialmente após a crise econômica de 2008, faz parte da estratégia de reformar e reformular os grupos decisórios. O G-8 não mais representa os atores mais relevantes no cenário econômico global e, portanto, é preciso incluir as novas economias emergentes nas instâncias de elaboração dos diversos regimes internacionais.

Uma das importantes inovações da política externa brasileira atual são os foros e alianças Sul-Sul de cooperação e concertação. O país não apenas pretende aumentar a participação dos países em desenvolvimento nos grupos que tradicionalmente abrigam apenas países desenvolvidos, mas propõe alianças entre os países em desenvolvimento e os de menos desenvolvimento relativo. Nessa categoria existem grupos regionais, como a UNASUL e a CEALAC, inter-regionais, como a ASA e a ASPA, e alianças de geometria variável, como o BRIC e o IBAS. No que se refere aos primeiros, é possível perceber um esforço de

ampliação da cooperação sul-americana e da América Latina e Caribe. A UNASUL, criada em 2008 e sucessora da CASA (2004), pretende consolidar-se como um foro essencialmente político e promover a cooperação em segurança, saúde, finanças e outras áreas. A CEALAC, ainda em processo de gestação, quer expandir a cooperação e a concertação para toda a América Latina e Caribe. Esses foros buscam não apenas a integração, mas também a coordenação de posições que fortaleçam a inserção internacional da região.

A ASPA (Cúpula América do Sul-Países Árabes) e a ASA (América do Sul-África), antigo AFRAS, são cúpulas inter-regionais que promovem a cooperação e concertação política em diversos eixos temáticos, de ciência e tecnologia a temas sociais. A ASPA foi criada em 2005 (Brasília) e teve sua segunda cúpula presidencial em 2009, em Doha. A ASA nasceu em 2006 e teve também uma segunda cúpula presidencial em 2009 (Isla Margarita). Ambos os grupos têm forte aspecto cultural, a exemplo da BibliASPA, mas também apontam para o surgimento de uma nova geografia comercial global.

O IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) e o BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) são as chamadas alianças de geometria variável, significando a flexibilidade na formação de alianças tanto em sua composição quanto em seu tema. O IBAS surgiu em 2003, mesmo ano da formação do G-20 Comercial, e se destaca pelo caráter de solidariedade periférica, exercida por meio do Fundo IBAS de combate à fome e à miséria. O BRIC, acrônimo criado pelo economista-chefe da Goldman Sachs, consolidou-se posteriormente em um grupo de concertação e cooperação. O foro simboliza os novos tijolos da economia global.

A diversificação dos grupos decisórios dos quais o Brasil faz parte sinaliza a projeção internacional acentuada do país em vários temas e em várias regiões. A maioria dos foros de concertação mencionados defendem uma ampla reforma dos pilares do sistema internacional, de forma a que o multilateralismo normativo reflita a multipolaridade real.

***

INGLÊS

A prova de Inglês, com o valor máximo de 100 (cem) pontos, constará de quatro partes: tradução de um texto do inglês para o português (valor 20 pontos); versão de um texto do português para o inglês (valor 15 pontos); resumo de um texto (valor 15 pontos); e redação a respeito de tema de ordem geral, com extensão de 45 a 60 linhas (valor 50 pontos).

Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 1 ponto para cada linha que faltar para atingir o mínimo exigido. Será atribuída nota 0 (zero) à redação, caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical.

A legibilidade é condição essencial para a correção da prova.

Programa (Primeira e Terceira Fases):

INGLÊS (Primeira e Terceira Fases): **Primeira Fase**: 1 Compreensão de textos escritos em língua inglesa. 2 Itens gramaticais relevantes para compreensão dos conteúdos semânticos. **Terceira Fase**: 1 Redação em língua inglesa: expressão em nível avançado; domínio da gramática; qualidade e propriedade no emprego da linguagem; organização e desenvolvimento de ideias. 2 Versão do Português para o Inglês: fidelidade ao texto-fonte; respeito à qualidade e ao registro do texto-fonte; correção morfossintática e lexical. 3 Tradução do Inglês para o Português: fidelidade ao texto-fonte; respeito à qualidade e ao registro do texto-fonte; correção morfossintática e lexical. 4 Resumo: capacidade de síntese e de reelaboração em Inglês correto.

Orientação para estudo

1. Tradução – *Translation, Part A* (20 pontos)
A tradução do Inglês para o Português deve ser feita de forma fidedigna, respeitando a qualidade e o registro do texto original. Subtrai-se 1 (um) ponto para cada um dos seguintes erros: falta de correspondência ao(s) texto(s)-fonte, erros gramaticais, escolhas errôneas de palavras e estilo inadequado. Erros de pontuação ou de ortografia serão apenados em 0,5 (meio) ponto.

2.Versão – *Translation, Part B* (15 pontos)
A versão do Português para o Inglês deve ser feita de forma fidedigna, respeitando a qualidade e o registro do texto original. Subtrai-se 1 (um) ponto para cada um dos seguintes erros: falta de correspondência ao(s) texto(s)-fonte, erros gramaticais, escolhas errôneas de palavras e estilo inadequado. Erros de pontuação ou de ortografia serão apenados em 0,5 (meio) ponto.

3. Resumo – *Summary* (15 pontos)
O candidato deve apresentar capacidade de reelaborar, de forma concisa e coerente, o texto proposto. São critérios de avaliação a objetividade, a precisão, a clareza e a concisão do texto, além naturalmente da correção e propriedade no uso da língua inglesa.

4. Redação - *Compostition* (50 pontos)
Os candidatos devem demonstrar conhecimento avançado de Inglês e capacidade de usá-lo em redação bem estruturada. A distribuição dos 50 pontos faz-se da seguinte maneira:

- Correção gramatical (20 pontos)

Avaliam-se a correção e a propriedade no emprego da linguagem. Deduz-se 1 (um) ponto para cada erro, com exceção das falhas de pontuação ou de ortografia, às quais corresponde dedução de 0,5 (meio) ponto por ocorrência. A atribuição de nota zero no quesito "correção gramatical" implica, automaticamente, nota zero para a redação como um

todo. Do mesmo modo, será atribuída nota zero às redações que demonstrarem baixo padrão de conhecimento da língua inglesa.

- Organização e desenvolvimento de idéias (20 pontos)

Serão considerados, principalmente, os itens a seguir:

a) capacidade de raciocínio e de expressão clara em Inglês;
b) pertinência das idéias e da eventual exemplificação em relação ao tema;
c) adequada organização formal da redação, com adequada paragrafação.

Os candidatos devem esforçar-se para apresentar redação interessante. A originalidade não será exigida, mas será avaliada positivamente, da mesma forma que o uso adequado de exemplos. Serão severamente punidas as redações decoradas e simplesmente adaptadas ao tema proposto. A redação que fugir a esse tema será punida com nota zero.

- Qualidade de linguagem (10 pontos)

Atribuem-se pontos ao candidato pelo correto uso de Inglês idiomático, por construções variadas e pelo emprego de vocabulário amplo e preciso.

Os candidatos que usarem construções de cunho meramente elementar na redação receberão nota zero no quesito, em especial quando esse recurso for utilizado para evitar erros.

Prova de 2010

TRANSLATION (Total: 35 marks)

PART A (20 marks)

Translate into Portuguese the following excerpt adapted from Eleanor Roosevelt's speech which opened a series of United Nations seminars at Brandeis University on December 17th, 1954:

You hear people say, "Why hasn't the United Nations done this or that?" The United Nations functions just as well as the member nations make it function, no better or worse. So the first thing to look at is the kind of machinery that was set up, and what it was meant to do. Now we have to cast our minds back to the time when the Charter was first planned. The war was not over, and this was a dream — an idea to set up an organization, the object of which was to keep peace. Great tracts of the world had first-hand knowledge of war on their doorsteps. We did not know what it was like, either to be occupied or to be bombed. We need to use our imaginations, because we really must grasp what the nations felt then and still feel. What happened, of course, was that peace has never been found, so this organization has had to face questions that were not on its mind at the outset. But talk itself can have great value. You have to envisage it as a bridge, to think of the General Assembly as a place where bridges are built between peoples.

FREDERICO OLIVEIRA DE ARAUJO (18/20)

Ouvem-se pessoas dizendo: "Por que as Nações Unidas não têm feito isso ou aquilo?". A Organização das Nações Unidas funciona tão bem quanto seus membros a fazem funcionar, nem melhor nem pior. Então, a primeira coisa a observar é o tipo de engrenagem que foi concebida e o que ela foi incumbida de fazer.

Agora, nós devemos nos concentrar na época em que a Carta foi planejada. A guerra não havia acabado, e o sonho era este: a idéia de estabelecer uma organização, cujo objetivo era manter a paz.

Muitas partes do mundo tinham um conhecimento em primeira-mão a respeito da guerra, cujo flagelo chegava à sua soleira. Nós não sabíamos o que era isso, ser invadido ou ser bombardeado. Nós precisamos usar nossa imaginação, porque realmente devemos captar o que as nações sentiam naquele momento e o que ainda sentem.

O que aconteceu, evidentemente, foi que jamais se alcancou a paz, e assim a ONU tem-se obrigado a enfrentar questões que não estavam no seu ideário no momento de sua fundação. Mas o diálogo, por si mesmo, pode ser de grande valor. Deve-se conceber a ONU como uma ponte; a Assembléia Geral, como um lugar onde se constroem pontes entre os povos.

PART B (15 marks)

Translate into English the following excerpt adapted from a lecture delivered by Ambassador Celso Amorim as guest speaker at the Portuguese Ministry of Foreign Affairs Diplomatic Seminar on 5th January, 2009:

A reforma das Nações Unidas é peça-chave da agenda de mudanças. O multilateralismo é a expressão normativa da multipolaridade. O mundo multipolar que emerge neste século deve encontrar seu paralelismo lógico no reforço das instituições multilaterais. A reforma da ONU, em particular de seu Conselho de Segurança, decorre da necessidade de aumentar a legitimidade, transparência e representatividade nas suas decisões. Mesmo sem resolver todos os problemas (como o do veto, por exemplo), um Conselho ampliado enviaria aos Estados-membros uma mensagem de confiança na capacidade da ONU de se adaptar aos novos tempos. O Brasil fez uma clara opção pelo multilateralismo. A contribuição brasileira à Minustah no Haiti constitui uma demonstração concreta desse compromisso. Reflete a nossa "não-indiferença" diante de uma situação difícil vivida por uma nação com a qual temos muitas afinidades. Coaduna-se, ademais, com os princípios de ação coletiva para prevenir ameaças à paz e à segurança internacionais.

BRUNO BARBOSA AMORIM PARGA (13,5/15)

Reform of the United Nations is the key piece of the agenda of change. Multilateralism is the normative expression of multipolarity. The multipolar world which has been emerging in this century must find its logical parallel in the strengthening of multilateral institutions. UN reform, and particularly Security Council reform, stems from the need of enhancing legitimacy, transparency and representativity in its decisions. Even if it would not solve every problem (take, for example, that of the veto), an enlarged Council

would send member States a message of trust in the ability of the UN to adapt to the new times. Brazil has made a clear option for multilateralism. The Brazilian contribution to Minustah in Haiti means a concrete demonstration of this commitment. It reflects our "non-indifference" towards a difficult situation faced by a nation with which we have plenty of affinity. It is coherent with the principles of collective action in order to prevent threats to international peace and security, as well.

SUMMARY (Total: 15 marks)
Write a summary in your own words not over 200 words in length of the following excerpt adapted from Gwynne Dyer's Future Tense: the coming world order? (Toronto: Random House, 2004).

The United Nations as constituted in 1945 was a profoundly cynical organization; more explicitly so even than the League of Nations. It accepted without demur that its member states enjoyed absolute sovereignty and would never be forced to submit to intervention in their internal affairs (with the sole and uncertain exception that acts of genocide might trigger international intervention). The UN Charter made no moral or practical distinction between the most law-abiding democracies and the most repressive dictatorships. How could it, when more than half its members were dictatorships themselves? The UN was not about love, or justice, or freedom, although words of that sort are sprinkled freely through the preamble to the UN Charter; it was about avoiding another world war.
The problem that the surviving governments faced in 1945 was this: the existing international system is bankrupt in an era of weapons of mass destruction. The world cannot afford to allow countries armed with nuclear weapons to go to war with each other. It can certainly never again go through one of those generalized great-power melees that in the past were the main way of adjusting the international system to accommodate the changing balance between the great powers. If we fight that kind of war just once more, the whole northern hemisphere will fry. We therefore have to change the system. In fact, we have to outlaw war. Because 'outlaw war' sounds like a naive slogan on a protester's banner, people fail to grasp how radical a change it was for the great powers of the world to sign up to such a rule in 1945. Since the first city-states of Mesopotamia five thousand years ago, war had been a legitimate tool of statecraft, with no long-lasting opprobrium attached to waging 'aggressive war' so long as you were successful. Empires rose and fell, the militarily competent prospered. Now, all of a sudden, it's over.
Since 1945, according to the UN Charter, it has been illegal to wage war against another country except in two tightly defined circumstances. One is that you have just been attacked, and are fighting back pending the arrival of international help. The other exception arises when the Security Council authorizes various member states to use military force on its behalf to roll back an aggression, or to enforce its decisions on a strictly limited number of other questions. And that's it. Apart from these exceptions, international war — that is, war waged by a sovereign government across an international border — is illegal. It is illegal to attack a country because it is sitting on territory that previously belonged to your country. It is even illegal to attack a country because it is ruled by a wicked dictator who oppresses his own people. The rules had to be written like that because to allow exceptions on these counts would have left loopholes big enough to drive a tank through.

Making war illegal does not mean that all wars have stopped, any more than making murder illegal has stopped all killings, but it has transformed the context in which wars take place. The United Nations does not always act to roll back a successful aggression, because that requires getting past the vetoes wielded by all five permanent members of the Security Council and then finding member states willing to put their troops at risk on the ground, but it almost never recognizes border changes accomplished by war.

There is also, however, much that the United Nations cannot do. First and foremost, it cannot act against a perceived interest of any of the great powers, for in order to get them all to sign up it had to offer them a special deal: vetoes that allow the United States, Russia, Britain, France and China to block any UN action they don't like. It's neither fair nor pretty, but how else were the founders of the UN going to get the great powers to sign up — and what use would the organization be if some of them were outside it? Likewise, the United Nations cannot intervene in a sovereign state — or at least it could not until recently — even to stop the most horrendous violations of human rights.

Despite such limitations, the UN is a central and indispensable part of the modern world. It is the institution through which a politically conscious global society first came into existence, and its specialized organs are still the arena in which most of the world's large-scale deals are made on matters ranging from telecommunications frequencies and trade to public health and the environment. It is the organizer and command centre for many of the peacekeeping missions that hold old enemies apart and try to minimize the level of violence in failed states, and the source of legal authority for many peacekeeping missions it does not directly control. Most important by far, it is the repository of the new international law which bans the use of aggressive military force, even by the great powers.

It is not generally realised how important this law is because it has so often been broken, especially by the really big powers. Nonetheless, most of the wars that have not involved veto-wielding superpowers have tended not to last very long before international diplomatic intervention puts a halt to them. The Security Council busies itself with appeals for a cease-fire and offers of peace-keeping troops. This has made it hard for those involved to go on fighting. So wars have rarely ended in decisive victories, and territory has almost never changed hands in a legal and permanent way. These very significant constraints may also explain why nuclear weapons have not been used in war for the past 59 years. Of course, these same constraints can feel very burdensome if you happen to be the greatest power in the world, with overwhelming superiority in both nuclear and conventional weapons. You might even wind up filled with frustration and fury because all these Lilliput nations are trying to use the rules of the United Nations to tie you down like Gulliver.

The best measure of any institution's real importance is how much its enemies hate it. US neo-cons, for instance, hate the UN a lot. They portray it one moment as an irrelevant excrescence and the next as an arrogant, uncaring organization of great power. The United Nations, though, was not created to fight evil wherever it appears. It was designed primarily to stop the kind of straightforward cross-border aggression that had triggered both the First and the Second World Wars, but must not be allowed to cause a Third. So, since the veto-wielding permanent members of the Security Council stand to lose everything themselves in another world war, they have generally been able to act in a surprisingly coordinated and decisive manner at the UN when events elsewhere threatened to drag them into such a conflict.

Available at: www.gwynnedyer.com.

Retrievedon 24/3/2010

GUILHERME LOPES LEIVAS LEITE (14/15)

The United Nations were instituted not as a means to end all conflicts, but as a way to prevent a global war in a nuclear age. Thenceforth, no longer could problems be solved by the hitherto legitimate means of warfare as it would mean the extinction of humankind. Therefore, a pragmatic system was created in order to limit widespread war.

War was forbidden expect by two tightly defined circumstances: self-defense and Security Council authorization. Not contemplating other possibilities, laudable as they might be, was necessary to ensure its respect.

The system is far from perfect, particularly since the five permanent members of the Council have veto power and, thus, hardly will the UN act against these countries' interests. Notwithstanding, the organization has greatly contributed to the international community with its peacekeeping operations and legal framework banning the use of force.

Yet, the UN's main contribution was to prevent the use of nuclear weapons among great powers. Its flexibility and pragmatic nature have permitted a coordinated effort from the permanent members of the Security Council, as they are the ones most concerned with a possible Third World War.

COMPOSITION (Total: 50 marks)

It will be no surprise to those who follow UN affairs that the end of the Cold War has been the single most formative experience in the existence of the Security Council. There are many ways to demonstrate this. The simplest is to count the absolute number of Council resolutions. For the period 1946-1989 the annual average number of resolutions passed was fifteen; since then the average has been more than sixty. The Council has moved from roughly one decision a month to one per week. This is indeed a dramatic change.
Peter Wallensteen e Patrick Johansson's. Security Council decisions in perspective.
In: Malone, D.M. ed. The United Nations Security Council: from the Cold War to
the 21st Century. London: International Peace Academy, 2004 (Adapted).

In what other ways have the Security Council's actions changed since the end of the Cold War? Why?
(Length: 350-450 words)

JOSÉ JOAQUIM GOMES DA COSTA FILHO (45/50)

The demise of the Soviet Union marks a watershed in the history of the UN Security Council. Not only has the amount of resolutions increased in the aftermath of the Cold War, but the substance of its decision has also changed. Peacekeeping operations have been enhanced, new topics have been introduced at the top of the agenda of the council and stiffer verification mechanisms have been concocted in light of the changing global scenario.

"An agenda for peace", a UN report published at the beginning of the 1990s, stressed the new features of armed conflicts and urged states to improve the peacekeeping operations' capacity to tackle the daunting challenges posed by the new scenario.

Thenceforth, the Security Council, aware of the complexity of the burgeoning number of intrastate conflicts, has aimed at diversifying the roles played by peace operations. Peacemaking and peacebuilding activities are now as important as monitoring prior peace deals. The changing nature of armed conflicts since the end of the Cold War has demanded brand new responses from the Security Council.

Another major change is the discussion of topics which are not related to the traditional concept of security. This concept has evolved from a strict military bias to a more diverse understanding. The new concept of "securitization", which was consolidated by Barry Buzan, entails not only the military domain but also the societal, environmental and economic realms. Any threat may be securitized by states and put at the top of their political agenda. Accordingly, the Security Council has held meeting on climate change and human rights.

Finally, the Security Council has improved its verification tools through recent decisions such as resolutions 1373 and 1540. The latter refers to the proliferation of weapons of mass destruction and the former is related to terrorism. Both established specific committees to oversee their implementation by UN member-states. Countries have to submit national reports to the committees' scrutiny. This change was spurred by the 2001 terrorist assaults in the United States and the political will of some permanent members.

The international scenario engendered by the end of the Cold War has rendered the UN Security Council more pro-active inasmuch as new challenges have demanded a streamlined approach. A broader agenda, multifaceted peace operations and new verification mechanisms are important changes in its actions.

***

NOÇÕES DE ECONOMIA

A prova de Noções de Economia consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 40 linhas.

Programa (Primeira e Terceira Fases):
NOÇÕES DE ECONOMIA (Primeira e Terceira Fases): 1. Microeconomia. 1.1. Demanda do Consumidor. Preferências. Equilíbrio do consumidor. Curva de demanda. Elasticidade-preço e elasticidade-renda. 1.2. Oferta do Produtor. Fatores de produção. Função de produção. Elasticidade-preço da oferta. Rendimentos de fator. Rendimentos de escala. Custos de produção. 1.3. Concorrência Perfeita, Monopólio e Oligopólio. Comportamento das empresas. Determinação de preços e quantidades de equilíbrio. 2. Macroeconomia. 2.1. Contabilidade Nacional. Balanço de Pagamentos: estrutura e interpretação dos resultados dos diferentes componentes do Balanço. Medidas da atividade econômica. Conceitos e

cálculo do *deficit* público. 2.2. Determinação da renda, do produto e dos preços. Oferta e demanda agregadas. Consumo, investimento, poupança e gasto do governo. Exportação e importação. Objetivos e instrumentos de política fiscal. 2.3. Teoria monetária. Funções da moeda. Criação e distribuição de moeda. Oferta da moeda e mecanismos de controle. Procura da moeda. Papel do Banco Central. Objetivos e instrumentos de política monetária. Moeda e preços no longo prazo. Sistema bancário e intermediação financeira no Brasil. 2.4. Emprego e renda. Determinação do nível de emprego. Indicadores do mercado de trabalho. Distribuição de renda no Brasil. 3. Economia internacional. 3.1. Teorias clássicas do comércio. Vantagens absolutas e comparativas. Pensamento neoclássico. 3.2. A crítica de Prebisch e da Cepal. Deterioração dos termos de troca. 3.3. Macroeconomia aberta. Os fluxos internacionais de bens e capital. Regimes de câmbio. Taxa de câmbio nominal e real. A relação câmbio-juros. 3.4. Comércio internacional. Efeitos de tarifas, quotas e outros instrumentos de política governamental. Principais características do comércio internacional ao longo das décadas. Sistema multilateral de comércio: origem e evolução. As rodadas negociadores do GATT. A Rodada Uruguai. A Rodada Doha. 3.5. Política comercial brasileira. Negociações comerciais regionais. Integração econômica na América do Sul. Protecionismo e liberalização. 3.6. Sistema financeiro internacional. Padrão-ouro. Padrão dólar-ouro. Fim da conversibilidade. Crises econômico-financeiras nos últimos 20 anos. Governança internacional e os novos atores estatais e não-estatais. Características dos fluxos financeiros internacionais. 4. História econômica brasileira. 4.1. A economia brasileira no Século XIX. A economia cafeeira. 4.2. Primeira República. Políticas econômicas e evolução da economia brasileira. Crescimento industrial. Políticas de valorização do café. 4.3. A crise de 1929 e as décadas de trinta e quarenta. Industrialização restringida. Substituição de importações. 4.4. A década dos cinquenta. O Plano de Metas. 4.5. O Período 1962-1967. A desaceleração no crescimento. Reformas no sistema fiscal e financeiro. Políticas antiinflacionárias. Política salarial. 4.6. O período do milagre econômico (1968-1973) e o segundo PND. 4.7. Os anos oitenta. Crise da dívida. A interrupção do financiamento externo e as políticas de ajuste. Aceleração inflacionária e os planos de combate à inflação. 5. Economia Brasileira. 5.1. Os anos noventa. Abertura comercial e financeira. A indústria, a inflação e o balanço de pagamentos. A estabilidade econômica. 5.2. A economia brasileira na última década. Avanços e desafios. 5.3. Pensamento econômico e desenvolvimentismo no Brasil. A visão de Celso Furtado.

Prova de 2010

QUESTÃO 1

O comércio internacional é fator integrante do processo de globalização. Ao longo de muitos anos, na maioria dos países, observamos um processo de abertura ao comércio internacional, seja por meio do sistema multilateral de comércio, seja por meio de maior integração regional, ou ainda por meio de reformas de programas domésticos. O comércio e a globalização, de maneira geral, trouxeram benefícios a muitos países e aos seus cidadãos. O comércio permitiu a essas nações o benefício da especialização e a produção em escalas maiores e, portanto, mais eficientes. Elevou a produtividade, permitiu a difusão de

conhecimento e de tecnologia e aumentou o escopo das opções disponíveis aos consumidores. Porém, a maior integração à economia global não é necessariamente popular, e os benefícios da globalização não chegaram da mesma forma a todos os setores da sociedade.
OMC. Relatório da Organização Mundial do Comércio 2009.

a) Com base no excerto acima e nas teorias clássica e neoclássica do comércio internacional, explique as razões que levariam diferentes países a comerciar entre si. Em sua resposta, discorra sobre as diferentes teorias, assinale suas limitações e reflita sobre a natureza da inserção de um país no comércio internacional à luz das referidas teorias.
b) Com base no arcabouço analítico da CEPAL, discuta os efeitos da deterioração dos termos de troca para a inserção de um país no comércio internacional. Explique a visão cepalina sobre o desenvolvimento desigual da economia mundial.
Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 30 pontos)

JOANA D´ANGELO MARTINS DE MELO (30/30)

a) A teoria clássica do comércio internacional tem seu marco inicial com a teoria das vantagens absolutas de Adam Smith. Segundo Smith, o comércio entre países ocorre quando um país tem vantagem absoluta (menor custo de produção) na produção de um determinado bem e outro país, na produção de outro. Os países devem se especializar na produção do bem no qual têm vantagem absoluta e trocá-lo pelo bem em que não tenham essa vantagem. Segundo a teoria de Smith, caso um país tivesse vantagem absoluta na produção de todos os bens, ocorreria autarquia.

David Ricardo modificou a teoria ao explicar que, na verdade, os países comercializam por terem vantagens comparativas na produção de bens, não vantagens absolutas. Um país tem vantagem comparativa quando tem menor custo de oportunidade (ou menor preço relativo) para produzir determinado bem. Essas diferenças entre os países, para Ricardo, são explicadas pelas diferenças tecnológicas.

A teoria de Hecksher-Ohlin aprofunda a análise de Ricardo ao argumentar que as vantagens comparativas derivam da dotação dos fatores de produção dos países. Assim, o país deveria especializar-se na produção do bem que usa intensivamente o fator de produção abundante naquele país.

De acordo com as teorias clássicas e neoclássicas, dadas as vantagens absolutas ou comparativas, o livre-comércio traria benefícios para todos os países envolvidos, uma vez que os ganhos de produtividade com a especialização seriam repassados a todos pela queda nos preços dos produtos. Assim, os países em desenvolvimentos deveriam especializar-se na produção de produtos primários (segundo Smith por terem custos de produção mais baixos; segundo Ricardo por produzirem esses produtos de forma mais eficiente do que produziriam manufaturados, e segundo Hecksher e Ohlin, por terem abundância em terras e mão-de-obra). Os países desenvolvidos, por outro lado, deveriam especializar-se na produção de manufaturados. Os dois tipos de países trocariam os produtos, com benefícios para a economia como um todo.

b) Os limites das teorias clássicas e neoclássicas foram identificados pela Cepal. A especialização dos dois grupos de países implicava o desenvolvimento desigual da economia

mundial, que era dividida entre países centrais e países periféricos. A periferia sofria com a deterioração dos termos de trocas (DTT). Os produtos primários, por apresentarem baixa elasticidade-renda não tinham seu consumo expandido em tempos de aumento da renda mundial na mesma proporção da expansão da renda, enquanto os produtos manufaturados tinham alta elasticidade renda. Ademais, as estruturas de mercado nos países periféricos, com abundância de mão-de-obra, impediam que os ganhos de produtividade fossem repassados para os salários, enquanto nos países centrais, o contrário acontecia; os ganhos de produtividade não eram repassados para os preços e, sim, retidos pelos produtores, aumentando a renda da economia. Isso forçava os países periféricos a precisarem expandir cada vez mais suas exportações para conseguirem comprar a mesma quantidade de manufaturados importados, o que, muitas vezes, não conseguiam, dadas as condições dos mercados, levando a crises estruturais do balanço de pagamentos dos países periféricos.

A partir dessa visão, a Cepal defende a industrialização induzida pelo Estado, já que as condições do livre mercado não favoreciam o desenvolvimento industrial periférico. Caberia ao Estado, por meio de políticas comerciais de proteção a determinados setores e investimento em infraestrutura, garantir as condições de desenvolvimento industrial, para romper com o ciclo vicioso do livre-comércio. Essa visão da Cepal, foi implementada em países como Brasil e Argentina, e ficou conhecida como processo de substituição de importações.

QUESTÃO 2

Os anos 1900-1913, chamados de Era de Ouro por Winston Fritsch, têm sido considerados, na literatura, como anos de prosperidade da economia brasileira, após um longo período de estagnação que havia se estendido por quase toda a década de noventa do século anterior. A respeito desse período, comente:

a) Que fatores externos deram origem a esse ciclo de prosperidade, considerando-se que o preço do café, principal item de exportação brasileiro, encontrava-se em queda?

b) De que maneira condições externas mais favoráveis foram, em última instância, responsáveis pelo abandono das políticas monetárias restritivas em vigor no governo de Campos Salles?

c) Em que sentido seria válido afirmar que a evolução da economia brasileira nesse período criou condições para a expansão da indústria brasileira durante a Primeira Guerra Mundial?

Extensão máxima: 60 linhas

(valor: 30 pontos)

GUSTAVO MEIRA CARNEIRO (30/30)

O período entre 1900 e 1913 foi de grande prosperidade para o Brasil, após o período de desestruturação da primeira década da República. Nessa década, na tentativa de sanar o problema da falta de meio circulante derivado do fim da escravidão, promoveu-se a expansão da emissão monetária que levou à chamada crise do encilhamento. O governo Campos Salles, em 1898, foi responsável pela estabilização da economia, graças à obtenção do funding loan com a casa Rotschild e a políticas de austeridade e contração da economia. O ajuste promovido por Campos Salles foi importante para permitir o crescimento econômico da primeira década do século XX.

Fatores externos foram determinantes para esse período de expansão da economia brasileira. Um deles foi o próprio funding loan de 1898, que permitiu uma situação favorável no balanço de pagamentos durante o período, até 1913 e o começo da I Guerra Mundial. Com o ajuste promovido pelo governo Campos Salles e com o fundind loan, o país teve um importante crescimento da entrada de capitais, graças ao momento de expansão econômica vivido na Europa (Belle Époque na França, expansão na Inglaterra e na Alemanha). Esse bom momento da economia mundial, aliado ao novo momento da indústria nos países centrais, ajudou o Brasil também na balança comercial, pois mesmo que o preço do café não fosse favorável, as exportações de borracha tiveram grande expansão, permitindo o alívio na balança comercial.

O bom momento do setor externo, com abundância de capitais estrangeiros levou o Brasil a, em 1906, adotar o padrão-ouro, seguindo o formato de política econômica dos países centrais (que tinha grande sucesso então). O Brasil fez isso por meio da criação da Caixa de Conversão – baseada na experiência recente da Argentina. No mesmo ano de 1906, tem destaque a realização do Convênio de Taubaté, que definiu que o governo promoveria a compra dos excedentes de café para manter os preços por meio de empréstimos externos e que faria um imposto em ouro sobre o café exportado para pagar o serviço das dívidas, além de determinar que os Estados buscassem desincentivar a produção cafeeira. A realização do acordado em Taubaté, assim, foi muito facilitada pelo bom momento internacional, na medida em que havia abundância de capitais, o que permitiu o sucesso das políticas de valorização do café, que contribuíram para a expansão econômica já no final da década.

A adoção do padrão-ouro pelo Brasil fez que o país ficasse ainda mais atrelado à situação do setor externo. Nesse momento de abundância da entrada de divisas (tanto pelo comércio quanto por empréstimos e investimentos), a existência da Caixa de Conversão foi fundamental para que isso se refletisse em expansão monetária, na medida em que a oferta de moeda estava atrelada às reservas em ouro do país. Dessa forma, a abundância de capitais numa situação de padrão-ouro levou a um abandono, ainda mais evidente do que primeira metade da década, das políticas restritivas de Campos Salles.

A adoção do padrão-ouro no Brasil, assim como em outros países periféricos, mostrou-se problemática no final do período em discussão, assim como na segunda tentativa, no governo de Washington Luiz. Isso porque, ao contrário do que ocorria nos países centrais, nos países periféricos a conta de capitais tinha um comportamento pró-cíclico, ou seja, quando havia uma redução do superávit comercial, os capitais também escasseavam, levando à perda rápida de reservas. Esse processo ocorreu no Brasil e contribuiu para o momento recessivo vivido pelo país concomitantemente ao início da I Guerra Mundial.

A evolução da economia do Brasil no período 1900-1913 teve impacto importante na criação de condições para a expansão da indústria no país durante a I Guerra. Entre os fatores em que esse período contribuiu pode-se citar a acumulação de capital possibilitada pela expansão da economia e pela entrada de capitais. A abundância de capitais, aliada à política monetária menos restritiva permitiram, também, juntamente com a maior capacidade de importação, a entrada de máquinas e a instalação de capacidade na indústria (ainda muito incipiente), que seria usada durante a I Guerra Mundial em razão da dificuldade de importar. Outros fatores, como o crescimento das cidades, a imigração e o crescimento de atividades relacionadas à economia do café, como as bancárias e as de comércio exterior,

também podem ser citados como importantes para o crescimento da indústria durante a I Guerra Mundial.

A chamada Era de Ouro do Brasil no início do século XX, assim, foi fortemente influenciada pelo setor externo, o eixo dinâmico da economia, que beneficiou-se do bom momento da economia mundial de então e ajudou a criar condições para o surto industrial da I Guerra.

QUESTÃO 3

Considerando que a taxa de câmbio é uma variável fundamental em uma economia aberta, e que sua determinação pode-se dar de formas distintas:

a) Explique a determinação da taxa de câmbio em regimes de câmbio fixo e flutuantes.

b) Comente o papel das reservas internacionais nos dois regimes.

Extensão máxima: 40 linhas

(valor: 20 pontos)

GUSTAVO MEIRA CARNEIRO (20/20)

A taxa de câmbio pode ser determinada de maneiras distintas de acordo com o modelo de política cambial adotado pelos países. Os dois principais regimes de determinação da taxa de câmbio são o de câmbio fixo e o de câmbio flutuante.

Em um regime de câmbio fixo, a taxa de câmbio é determinada pelo governo e a autoridade monetária deve garantir a manutenção dessa taxa por meio de sua atuação no mercado. Nesse regime, portanto, a autoridade monetária deve agir como agente "price maker", aumentando ou reduzindo a quantidade de divisas por meio de compra ou venda, de forma a manter a taxa de câmbio fixa. Assim, havendo pressões para a desvalorização da moeda local, por exemplo, as autoridades monetárias devem atuar vendendo divisas estrangeiras em troca de moeda local, de maneira a conter as pressões. Percebe-se, dessa forma, que as reservas internacionais têm papel fundamental no caso do regime de câmbio fixo, aumentando nos momentos em que há pressão de valorização da moeda local e diminuindo no caso oposto. Cabe destacar, ainda, que devido à necessidade de manter um equilíbrio entre as quantidades de moeda local e estrangeira compatível com a taxa de câmbio fixada, a autoridade monetária é incapaz de fazer política monetária eficazmente (considerando um regime de liberdade de capitais).

Em um regime de câmbio flutuante, a taxa de câmbio é determinada pela oferta e demanda de moedas no mercado cambial. Esse mercado reúne agentes que demandam moeda estrangeira (importadores, por exemplo) e que a ofertam (exportadores, por exemplo), mas, ao contrário do que ocorre no regime de câmbio fixo, com o câmbio flutuante a autoridade monetária participa do mercado como qualquer agente. Um regime de taxa de câmbio flutuante permite um ajuste automático do balanço de pagamentos (com tendência a desvalorização em caso de déficit), diferentemente do regime de câmbio fixo, o que – teoricamente – tornaria as reservas internacionais pouco necessárias com câmbio flutuante (já que, ao contrário do câmbio fixo, não é necessário usá-las para ajustar o balanço de pagamentos). Na realidade, contudo, observa-se aquilo que alguns economistas chamam de "medo de flutuar", ou seja, a tendência de que, mesmo em regimes de câmbio flutuante, as autoridades monetárias mantenham reservas importantes e intervenham no mercado para impedir uma alta volatilidade da taxa de câmbio. Cabe destacar, ainda, que em um regime

de taxas de câmbio flutuante a autoridade monetária tem capacidade de fazer política monetária eficaz (considerando um regime de liberdade de capitais), já que a taxa de câmbio não precisa ser mantida e pode ajustar-se a um novo equilíbrio.

Nota-se, assim, que existem diferenças importantes entre regimes cambiais fixos e flutuantes, desde o papel das reservas internacionais até a capacidade de utilizar a política monetária de maneira eficaz. Uma distinção interessante é aquela que percebe na taxa de câmbio fixa uma forma de manter a estabilidade de preços e facilitar a formação de expectativas na economia internacional, ao preço de aumentar a vulnerabilidade ao exterior (incluindo perda de capacidade de fazer política monetária), enquanto as taxas flutuantes reduzem essa vulnerabilidade, mas apresentam maior dificuldade para a formação de expectativas devido à volatilidade dos preços.

QUESTÃO 4

Considere que dois países apresentem o mesmo nível de risco para o mercado financeiro internacional. A taxa de câmbio é igual a dois, ou seja, são necessárias duas unidades monetárias do país A para comprar uma unidade monetária do país B. No país A, a taxa de juros é de 20% ao ano, enquanto, no país B, a taxa de juros é de 0% ao ano. Com base nessa situação, responda às seguintes questões.

a) Suponha que determinado investidor possua 200 unidades monetárias do país A. Após um ano, quanto ele terá em unidades monetárias do país A se investir todo seu dinheiro nesse país?

b) Caso esse mesmo investidor decida aplicar seu dinheiro no país B, quanto ele terá disponível para aplicar em moeda do país B? Quanto ele terá, após um ano, em unidades monetárias do país B?

c) Qual deverá ser a taxa de câmbio para que esse investidor fique indiferente entre aplicar seu dinheiro, no período de um ano, no país A ou no país B?

Extensão máxima: 40 linhas

(valor: 20 pontos)

GUSTAVO MEIRA CARNEIRO (20/20)

a) Considerando que o investidor possui 200 unidades monetárias (u.m.) do país A e que a taxa de juros nesse país é de 20% ao ano (a.a.), caso ele invista todo o seu dinheiro nesse país, sua quantidade de u.m. após um ano será: 200 x 1,2 = 240 unidades monetárias.

b) Caso o mesmo investidor do exercício anterior decida investir seu dinheiro todo no país B, ele deverá, em primeiro lugar, trocar suas unidades monetárias do país A por unidades monetárias do país B à taxa de câmbio praticada no mercado. Considerando-se que são necessárias duas unidades monetárias de A para comprar uma de B, qual seja, que a taxa de câmbio de unidades monetárias de A em relação às de B é igual a 2 (2 Au.m./Bu.m.), e que o investidor possui 200 u.m. de A, deduz-se que ele possui 100 u.m. de B, após a conversão, disponíveis para aplicar no país B.
Dado que a taxa de juros do país B é igual a 0% a.a., caso o investidor aplique seu dinheiro (100 u.m. de B) nesse país pelo prazo de um ano, no final desse período ele

terá a mesma quantidade de unidades monetárias de B, qual seja, 100. Percebe-se, portanto, que, em comparação com o investimento no país A, o investimento no país B apresenta menor atratividade – o que fica evidente já na análise das taxas de juros – do que no país A, considerando-se uma expectativa de que a taxa de câmbio permaneça constante nesse período de um ano.

c) *Considerando dadas as taxas de juros em A (20%) e B (0%), e o fato de que o investidor possui 200 u.m. de A disponíveis, para que ele fique indiferente entre aplicar o dinheiro em A e B, o que deve ocorrer é um movimento da taxa de câmbio, no período de um ano, que compense o diferencial de juros entre os dois países. Assim, seria preciso que ocorresse uma desvalorização de 20% na taxa de câmbio de Au.m./Bu.m. entre o momento em que o investidor coloca seu dinheiro no país B e o momento em que ele o retira e transforma em u.m. de A novamente, ou seja, deve haver uma taxa de câmbio esperada diferente.*

   O resultado do investimento de 200 u.m. de A a juros de 20% a.a. seriam 240 u.m. de A. Para que se obtenha o mesmo resultado investindo no país B, considerando um câmbio inicial de 2 Au.m./Bu.m. (o que transforma 200 u.m. de A em 100 u.m. de B), é preciso que, ao final de um ano, a taxa de câmbio torne-se 2,40 Au.m./Bu.m. (de modo que 100 u.m. de B tornem-se equivalentes a 240 u.m. de A). Dessa forma, uma desvalorização de 20% na taxa de câmbio Au.m./Bu.m. no período de um ano tornaria o investidor indiferente entre aplicar suas 200 u.m. de A no país A ou no país B.

   Nota-se, portanto, que seria necessária uma mudança na taxa de câmbio no período de um ano que iguale o diferencial de taxas de juros entre os países, sob a hipótese de um risco equivalente entre ambos os países. Como a diferença entre as taxas de juros era de 20%, seria necessária uma desvalorização de 20% no câmbio Au.m./Bu.m. para atingir a indiferença entre as aplicações.

***

NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

A prova de Noções de Direito e Direito Internacional Público consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 40 linhas.

A banca examinadora levará em conta, sobretudo, o poder de argumentação do(a) candidato(a). Assim, eventual citação de tal ou qual autor deve ser evitada. O interesse dos examinadores é avaliar o entendimento do(a) candidato(a) sobre o problema formulado. Ele(a) deve pautar sua resposta pela objetividade, clareza e precisão.

Programa (1ª e 3ª Fases)

NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO (Primeira e Terceira Fases): **I – Noções de direito e ordenamento jurídico brasileiro**. 1 Normas jurídicas. Características básicas. Hierarquia. 2 Constituição: conceito, classificações, primado da Constituição, controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos. 3 Fatos e atos jurídicos: elementos, classificação e vícios do ato e do negócio jurídico. Personalidade jurídica no direito brasileiro. 4 Estado: características, elementos, soberania, formas de Estado, confederação, república e monarquia, sistemas de governo (presidencialista e parlamentarista), estado democrático de direito. 5 Organização dos poderes no direito brasileiro. 6 Processo legislativo brasileiro. 7 Princípios, direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF/88). 8 Noções de organização do Estado na CF/88: competências da União, dos Estados-membros e dos municípios; características do Distrito Federal. 9 Atividade administrativa do Estado brasileiro: princípios constitucionais da administração pública e dos servidores públicos, controle de legalidade dos atos da Administração. 10 Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro. **II – Direito internacional público**. 1 Caráter jurídico do direito internacional público (DIP): fundamento de validade da norma jurídica internacional; DIP e direito interno; DIP e direito internacional privado (Lei de Introdução ao Código Civil). 2 Fontes do DIP: Estatuto da Corte Internacional de Justiça (artigo 38); atos unilaterais do Estado; decisões de organizações internacionais; normas imperativas (*jus cogens*). 3 Sujeitos do DIP: Estados [conceito; requisitos; território; população (nacionalidade, condição jurídica do estrangeiro, deportação, expulsão e extradição); governo e capacidade de entrar em relações com os demais Estados; surgimento e reconhecimento (de Estado e de governo); sucessão; responsabilidade internacional; jurisdição e imunidade de jurisdição; diplomatas e cônsules: privilégios e imunidades]; organizações internacionais (definição, elementos constitutivos, classificação, personalidade jurídica), Organização das Nações Unidas (ONU); Santa Sé e Estado da Cidade do Vaticano; Indivíduo. 4 Solução pacífica de controvérsias internacionais (artigo 33 da Carta da ONU): meios diplomáticos, políticos e jurisdicionais (arbitragem e tribunais internacionais). 5 Direito internacional dos direitos humanos: proteção (âmbito internacional e regional); tribunais internacionais; direito internacional humanitário; direito do refugiado. 6 Direito da integração: noções gerais; MERCOSUL e União Europeia (gênese, estrutura institucional, solução de controvérsias). 7 Direito do comércio internacional: conhecimentos elementares; Organização Mundial do Comércio (gênese, estrutura institucional, solução de controvérsias). 8 Cooperação jurídica internacional em matéria penal.

Prova de 2010

QUESTÃO 1

A Corte Internacional de Justiça proferiu, há 14 anos, parecer consultivo por meio do qual, pela primeira vez, um tribunal internacional especificou limites jurídicos às armas nucleares. Sem necessariamente discutir detalhes dessa decisão, comente como a ameaça e o uso de armas nucleares são regulados pelo direito relativo ao uso da força, tal como consagrado pela Carta das Nações Unidas e pelos princípios de direito internacional humanitário aplicáveis em conflitos armados.

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 30 pontos)

RUBENS DIONISIO DE CAMARGO CAMPANA (29/30)

Quando testemunhou a explosão da primeira bomba nuclear no deserto de Los Alamos, Robert Oppenheimer diz ter se lembrado de um verso das escrituras hindus: "Agora eu me torno a Morte, o Destruidor de Mundos". No mesmo ano, eram celebradas as assinaturas da Carta de São Francisco, configurando o regime contemporâneo do Direito Internacional acerca do uso da força. Desde então, a regulação jurídica internacional sobre as armas nucleares passou por notável adensamento, como nos temas da não-proliferação e do controle de materiais físseis, mas as hipóteses de efetivo uso de armas dessa natureza devem ser analisadas à luz da atual proscrição da guerra e do direito internacional humanitário hoje em vigor.

A Carta de São Francisco torna, como regra geral, ilegal o uso da força, não sendo a agressão ou a ameaça dela meio legítimo de solução de controvérsias. São reservadas duas hipóteses — a legítima defesa e a possibilidade de o Conselho de Segurança fazer uso de suas prerrogativas legais para manter a paz. O instituto da legítima defesa pressupõe que a força deve ser usada em medida proporcional, sem objetivo de conquista do Estado agressor, mas buscando apenas repelir a continuidade do ato ilegal. Abre-se, nessa hipótese, o uso de armas nucleares como possibilidade de resposta simétrica a um ataque nuclear prévio — medida que, à primeira vista, não poderia ser considerada ilegal de imediato, sendo necessária a análise do caso concreto para avaliação acerca do fato de se essa resposta é justificável dada a dimensão extrema do instrumento usado para afastar a agressão em curso.

A outra possibilidade de uso da força baseia-se no capítulo 7 da Carta da ONU, segundo o qual o objetivo maior de manutenção da paz, atribuído como dever ao Conselho de Segurança, presume que esse possa autorizar ações militares que representem interesse coletivo por segurança. A autorização do uso de armas nucleares, nesse caso, também é hipótese, uma vez que a paz pode possivelmente ser atingida apenas por meio de força à altura da utilizada pelo Estado violador do Direito Internacional. Mais uma vez, esse caso extremo é de possibilidade restrita: não é possível vislumbrar de imediato caso em que a destruição nuclear seja o único caminho à paz. Mais importante do que isso, no entanto, é ponderar se o uso de armas nucleares poderia estar em acordo com o direito internacional humanitário, uma vez estabelecido que o uso ou a ameaça do uso de tais armas é ilegal, estando limitado a considerações muito restritas.

O "Direito da Haia", como é conhecido o conjunto de convenções que versam sobre os meios e métodos utilizados em conflitos, estabelece claros limites ao instrumental bélico válido. Não há, no entanto, no arcabouço jurídico desses tratados, considerações sobre o uso de bombas nucleares — embora o uso dessas claramente caminhe contra o objetivo central desse direito, que visa reduzir o sofrimento desnecessário. Embora não sejam ilegais frente ao "Direito da Haia", as bombas nucleares possuem óbvia possibilidade de violar o outro pilar do "jus in bello" — o chamado "Direito de Genebra", que visa garantir que certas categorias de pessoas sejam poupadas dos conflitos. Aqui, adentra-se no ramo jurídico internacional que garante a impossibilidade da força nuclear legítima: a explosão nuclear não poupa indivíduos com base nos preceitos "ratione personae" e "ratione oficio" consagrados em Genebra. Nota-se também que no "jus in bello" já não vigora cláusula "si

omnes" — a violação do direito humanitário não autoriza que outros Estados em conflito façam o mesmo.

A proteção das partes que não participam do combate é imperativa, sendo hoje considerada parte de um estrito núcleo do direito que não aceita relativização. Cristalizadas como norma de "jus cogens", hoje não é possível vislumbrar sua violação sem que o Estado incorra em ilícito. Essa ponderação é percebida no parecer consultivo da CIJ: a vontade soberana dos Estados não convergiu para que o uso de armas nucleares se tornasse ilegal por tratado ou outra fonte de Direito Internacional, mas seu uso resultaria em conseqüente violação provável do "Direito de Genebra".

QUESTÃO 2

Contencioso do Algodão — Publicação da Lista de bens para retaliação

Foi publicada hoje (8 de março) a lista final de bens, aprovada pelo Conselho de Ministros da CAMEX, que terão suas alíquotas de imposto de importação majoradas para os Estados Unidos da América (EUA), conforme autorização do Órgão de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC) de 19 de novembro de 2009, no contencioso "EUA — Subsídios ao Algodão" (DS267). A OMC também foi notificada hoje da mesma lista. O valor total de retaliação atingido com a lista de bens é de US$ 591 milhões. O restante do valor de retaliação a que tem direito o Brasil — US$ 238 milhões (perfazendo o total autorizado de US$ 829 milhões) — será aplicado nos setores de propriedade intelectual e serviços. O valor da retaliação autorizado ao Brasil e determinado pelos árbitros da OMC é o segundo maior da história da OMC e decorre do descumprimento, pelos EUA, das determinações dos painéis e do Órgão de Apelação da OMC, que, por quatro vezes, confirmaram a incompatibilidade dos subsídios norte-americanos para seus produtores e exportadores de algodão com as regras multilaterais de comércio. As contramedidas autorizadas poderão vigorar enquanto os EUA mantiverem a atual situação de descumprimento dessas regras.

Assessoria de Imprensa — Palácio Itamaraty.

Nota n.º 106, 8/3/2010 (com adaptações).

Tendo em vista os numerosos contenciosos dos quais o Brasil participou na OMC (tais como CE — subsídios ao açúcar, Canadá — aeronaves, CE — classificação aduaneira de frangos) e as medidas que o país considerou tomar no caso do algodão, discorra sobre a eficácia do sistema de solução de controvérsias da OMC.

Extensão máxima: 60 linhas

(valor: 30 pontos)

MICHAEL NUNES LAWSON (25/30)

O sistema de solução de controvérsias (SSC) da OMC é geralmente enaltecido na doutrina internacionalista pela sua efetividade. De fato, o Entendimento sobre Solução de Controvérsias (ESC), um dos resultados da Rodada Uruguai, apresentou inúmeros avanços com relação à solução de controvérsias praticada sob a égide do GATT. Com o ESC, os Membros da OMC passaram a possuir o direito de ter a sua queixa examinada (direito a um painel), algo que não ocorria no GATT. No entanto, mais do que ao direito a um painel, a eficácia do SSC da OMC costuma ser associada à existência de uma fase de implementação da decisão final (dos painéis ou do Órgão de Apelação), ao contrário, por exemplo, do que

ocorre na Corte Internacional de Justiça, onde a atividade jurisdicional esgota-se com a prolação da sentença.

A fase de implementação tem início com a adoção, pelo Órgão de Solução de Controvérsias, do relatório proferido pelos painéis ou pelo Órgão de Apelação. Tal fase, centrada nos artigos 21 e 22 do ESC, é constituída de uma série de mecanismos que visam a assegurar que a decisão seja implementada pela parte perdedora (ou seja, que a medida julgada ilegal seja posta em conformidade com os acordos da OMC). Havendo controvérsia entre as partes quanto a se a decisão foi de fato implementada pelo perdedor da disputa, o ESC coloca à disposição dos litigantes o chamado "painel de cumprimento" (art. 21:5) para realizar essa determinação. Entendendo esse painel que houve descumprimento, a parte vencida vê-se diante da possibilidade de oferecer compensação à vencedora, medida temporária, enquanto providencia o cumprimento da decisão. Caso não haja acordo quanto a compensação (que é o que comumente sucede), a parte vencedora pode recorrer ao "último remédio da OMC contra o descumprimento", a suspensão de concessões.

A suspensão de concessões, ou retaliação, autoriza o vencedor da controvérsia a impor barreiras ao comércio do vencido (que de outra forma seriam proibidas), com vistas a compeli-lo ao cumprimento da decisão. Nesse sentido, a retaliação é também uma medida temporária. A imposição de retaliação cerca-se de uma série de controles, dispostos no art. 22 do ESC. Assim, deve ela incidir preferencialmente sobre o mesmo setor objeto da controvérsia; caso se comprove que teria maior eficácia, a retaliação pode incidir sobre outro setor no mesmo acordo, ou sobre outro acordo (art. 22:3). Ainda, a retaliação deve ser equivalente ao prejuízo experimentado (art. 22:4). Na hipótese de haver controvérsia quanto aos controles mencionados, as partes podem recorrer à arbitragem. No contencioso entre Brasil e EUA sobre subsídios ao algodão, todo esse procedimento foi percorrido, tendo os árbitros, por fim, determinado os parâmetros da retaliação autorizada ao Brasil.

O instituto da suspensão de concessões (e o SSC da OMC em geral) não derroga a regra de que, em direito internacional, a implementação do direito cabe aos próprios Estados. Isso é decorrência da estrutura descentralizada da sociedade internacional, em que inexiste um órgão central que monopolize a força. Nesse passo, na fase de implementação, o ESC cinge-se, em verdade, a regulamentar, para que não haja abuso, o recurso às contramedidas. Autorizada por fim a retaliação, voltam, em larga medida, a atuar as relações de força. Considerando que, entre Brasil e EUA por exemplo, há fluxos comerciais significativos, em ambas as direções, a retaliação torna-se um instrumento eficaz, visto que o Brasil tem poder de barganha. Diferente seria se o país autorizado a retaliar fosse um país pequeno, com fluxos comerciais pouco representativos. Em razão disso, já se propôs que a OMC estabeleça algum mecanismo coletivo de implementação das decisões.

Por fim, mencione-se que o SSC, principalmente para países como o Brasil, tem sido eficaz para a "formulação" de regras comerciais. Face aos impasses da Rodada Doha, o recurso ao SSC tem-se revelado útil para a explicitação de normas que países como os EUA relutam em aceitar, como ocorreu no contencioso referente aos subsídios ao algodão. O direito judiciário, nesse sentido, tem expandido o direito escrito nos acordos.

QUESTÃO 3

Para que o Brasil se vincule a determinado tratado, é necessária a aprovação preliminar do Congresso Nacional nas hipóteses constitucionalmente previstas. Isto posto, responda: para

que o Brasil se desvincule, é necessário, por igual, a aprovação congressional prévia? Fundamente sua resposta.
Extensão máxima: 40 linhas
(valor: 20 pontos)

GUSTAVO MEIRA CARNEIRO (20/20)

De acordo com a Constituição Federal de 1988, para que o Brasil vincule-se a determinado tratado, nos casos em que este acarrete encargos ou compromissos gravosos à União, é necessária a aprovação do Congresso Nacional. Essa aprovação ocorre por meio de processo iniciado na Câmara dos Deputados, passando por sua Comissão de Relações Exteriores, Comissão de Constituição e Justiça e comissões temáticas afetas ao tema do tratado; aprovado em plenário, o tratado segue para comissões análogas no Senado Federal (podendo haver voto terminativo por acordo de líderes na Comissão de Relações Exteriores) e, caso aprovado, toma forma de decreto legislativo que autoriza a ratificação pelo Poder Executivo. A necessidade de aprovação congressional para que o Brasil possa ratificar e vincular-se a um tratado traz à tona a discussão do caso oposto, em que o país venha a desvincular-se de um tratado.

Embora seja fonte de discussão entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo, pode-se afirmar que a aprovação do Congresso não é necessária para que o Brasil se desvincule de um tratado. A base para essa afirmação reside no fato de que a própria Constituição Federal de 1988 reserva ao Poder Executivo a competência de promover as relações exteriores do Brasil. Ao fazer tal previsão, a Constituição brasileira garante ao Executivo a autonomia das decisões concernentes à política exterior do país, respeitados os princípios elencados em seu artigo 4º e ressalvada a necessidade de aprovação do Congresso Nacional para tratados que acarretem encargos ou compromissos gravosos à União.

A não necessidade de aprovação congressional para a desvinculação de tratados fica mais clara quando se atenta para outros aspectos da aprovação de tratados. Cabe destacar, primordialmente, que, embora seja necessária, a aprovação do Congresso não é suficiente para vincular o Brasil no plano internacional, já que isso depende da ratificação e de seu depósito, que são atos discricionários do Presidente da República. Dessa forma, a própria aprovação do tratado pelo Congresso não apresenta obrigação para que o Brasil se vincule ao tratado, sendo essa decisão dependente do Poder Executivo. Nesse sentido, torna-se lógico que, assim como a vinculação, a desvinculação do tratado seja decidida de forma discricionária pelo Executivo, ao qual cabe manter as relações do Brasil com o exterior. Por representar, então, um ato soberano do Brasil em suas relações com outros países, a desvinculação de um tratado, assim, como sua vinculação, depende apenas da discricionaridade do Poder Executivo, não necessitando de aprovação congressional.

Cabe destacar, contudo, que o fato de não ser necessária a aprovação congressional não significa que o Congresso Nacional não possa manifestar-se a respeito da desvinculação de um tratado. Essa manifestação, contudo, seria apenas um gesto político, não implicando obrigação para o Poder Executivo com relação aos atos internacionais.

Nota-se, dessa forma, que o fato de a ratificação – e, logo, a vinculação – do Brasil a um tratado depender da aprovação do Congresso Nacional não implica que a desvinculação também dependa. A desvinculação, assim como a vinculação, são atos soberanos do Brasil e competem ao Poder Executivo, conforme disposição constitucional.

QUESTÃO 4

Leia a nota verbal abaixo transcrita e atenda ao que se pede a seguir.

Circular de 19/11/1989
Índice: Proclamação da República. Pede reconhecimento.

Aos Governos estrangeiros,
Em 19 de novembro de 1889

Sr. Ministro,
O Exército, a Armada e o Povo decretaram a deposição da dinastia imperial e, consequentemente, a extinção do sistema monárquico representativo; foi instituído um governo provisório, que já entrou no exercício das suas funções e que as desempenhará enquanto a nação soberana não proceder à escolha do definitivo pelos seus órgãos competentes; este governo manifestou ao Sr. D. Pedro de Alcântara a esperança de que ele fizesse o sacrifício de deixar, com sua família, o território do Brasil e foi atendido; foi proclamada provisoriamente e decretada como forma de governo da nação brasileira a república federativa, constituindo as províncias os Estados Unidos do Brasil. O governo provisório, como declarou na sua proclamação de 15 do corrente, reconhece e acata todos os compromissos nacionais contraídos durante o regime anterior, os tratados subsistentes com as potências estrangeiras, a dívida pública, interna e externa, os contratos vigentes e mais obrigações legalmente estatuídas. No governo provisório, de que é chefe o Sr. Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, tenho a meu cargo o Ministério das Relações Exteriores e é por isso que me cabe a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, assegurando-lhe que o mesmo governo deseja manter as relações de amizade que têm existido entre os dois países e pedindo o reconhecimento da república dos Estados Unidos do Brasil.

Aproveito com prazer esta oportunidade para oferecer a Vossa Excelência as seguranças da minha mais alta consideração.
Quintino Bocaiúva

Com o benefício de mais de um século de desenvolvimentos jurídicos sobre o tema, analise, com base nas normas e nos princípios de direito internacional atualmente existentes, o pedido de reconhecimento formulado por Quintino Bocaiúva em 1889.
Extensão máxima: 40 linhas
(valor: 20 pontos)

RUBENS DIONISIO DE CAMARGO CAMPANA (20/20)

O instituto do reconhecimento de governo passou por notável evolução histórica, podendo o pedido formulado por Quintino Bocaiúva ser analisado à luz do DIP contemporâneo.

O Primeiro aspecto notável do texto encontra-se na referência ao povo como elemento que participou da ruptura do regime constitucional — Bocaiúva aqui expressa a crença de que o apoio popular é um dos determinantes da legitimidade dos governos. Essa

crença foi expressa de modo inequívoco na doutrina Tobar e depois reafirmada na doutrina Betancourt: resultados de uma América Latina instável, esses pronunciamentos afirmavam que só poderiam ser reconhecidos os governos que dispusessem de apoio majoritário da população, preferencialmente expresso democraticamente. Nota-se ainda hoje essa preocupação com o conteúdo dos governos, demonstrada por Bocaiúva — não é tão comum o reconhecimento de regimes baseados estritamente na violência.

Um segundo aspecto de destaque é a declaração acerca da manutenção dos compromissos externos. Essa declaração é desnecessária e eminentemente política, uma vez que o titular dos direitos e deveres no plano internacional — a República ou Império do Brasil — não se alterou, sendo total a continuidade de sua personalidade jurídica. Não houve o fenômeno da sucessão de Estados, que poderia implicar alterações dos vínculos compromissais frente ao DIP.

Um terceiro aspecto diz respeito ao pedido de reconhecimento expressado na declaração — ela faz menção ao reconhecimento na forma de um pedido expresso formalmente, o que possivelmente resulta do fato de que Bocaiúva esperava dos outros Estados uma declaração de reconhecimento igualmente formal. Nota-se aqui a preocupação dos formuladores da doutrina Estrada. Segundo essa doutrina, o reconhecimento formal de governos era notável forma de intervenção em assuntos internos. Percebe-se hoje a redução da importância antes atribuída a essa forma de reconhecimento, prevalecendo o reconhecimento tácito, pelo qual a mera continuidade do relacionamento entre os Estados indica que o outro sujeito reconhece naquele governo o titular do monopólio legítimo da força.

O reconhecimento de governo é ato unilateral discricionário, e nota-se hoje a tendência ao reconhecimento implícito e à presença de alguma preocupação com o conteúdo da relação entre governo e povo. Em todo o caso, havendo continuidade das bases fáticas — território e povo — como ocorreu em 1889, não há mudança nas obrigações.

***

QUARTA FASE

A Quarta Fase constará de provas escritas de Espanhol e de Francês, de caráter classificatório, com o valor de 50 (cinquenta pontos) cada prova.

ESPANHOL

A prova de Espanhol constará de 10 questões de leitura e compreensão de textos em língua espanhola, na modalidade culta contemporânea. A avaliação das respostas, que deverão ser em língua espanhola, se pautará pelos seguintes critérios: a) correção gramatical; b) compreensão textual; c) organização e desenvolvimento de ideias; d) qualidade da linguagem.

FRANCÊS

A prova de Francês constará de 10 questões de leitura e compreensão de textos em língua francesa, na modalidade culta contemporânea. A avaliação das respostas, que deverão ser em língua francesa, se pautará pelos seguintes critérios: a) correção gramatical; b) compreensão textual; c) organização e desenvolvimento de ideias; d) qualidade da linguagem.

***